

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Antonio Passos Rodrigues Carreira

**Diálogos nas cortes antigas:
A recepção maquiaveliana da historiografia clássica**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-
Rio como requisito parcial para a obtenção dos títulos de
bacharel e de licenciado em História.

Orientador: Prof. Eduardo Wright Cardoso

Rio de Janeiro,
Junho de 2022

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e ao Departamento de História pelo ensino e meu aprendizado durante toda a graduação.

Esta monografia foi beneficiada pelos auxílios do CNPq através do PIBIC, que me permitiram desenvolver meus estudos mais plenamente.

Agradeço ao meu orientador Eduardo Wright Cardoso, pelas correções, comentários e observações. Ao longo de dois anos me providenciou, de modo atencioso e generoso, uma autonomia e uma base segura para a resolução das incertezas e desafios deste trabalho.

Meus agradecimentos também se dirigem ao professor Henrique Estrada, por ter aceitado ser o leitor crítica desta monografia.

Gostaria de agradecer a todos os colegas do grupo de estudos do PIBIC e dos laços que construí nos últimos quatro anos, principalmente minha relação com Tomás Bartholo, que me ajudou amplamente na realização desta pesquisa e com quem experienciei diversos momentos de amizade.

Também agradeço aos meus colegas do curso e meus amigos Marceu e Matheus pelo companheirismo durante toda a trajetória na faculdade.

Por fim, agradeço aos meus familiares, especialmente meus pais, Renato e Vivian, e minha irmã, Isabel Carreira. Atribuo grande parte da responsabilidade do término de minha formação e desta monografia ao apoio, à lealdade e aos incentivos que vocês me oferecem.

Resumo

O objetivo desta monografia é analisar os preceitos retóricos da historiografia antiga que Nicolau Maquiavel (1469-1527) aplicou na composição da *História de Florença* (1521-1525). Na obra percebe-se divergências em relação aos seus predecessores humanistas, porém, elas não representam uma atitude de ruptura com a tradição, mas sim particularidades do autor, que opera com os cânones já estabelecidos de modo criativo, em conformidade com a noção clássica de imitação. As particularidades da abordagem maquiaveliana são fruto, de um lado, da sua interpretação negativa do passado florentino e, de outro, de sua relação com a família Medici. Apesar do modelo greco-latino de escrita da história ser muito amplo, aqui o foco se concentra em sua aproximação com as retóricas deliberativa e epidíctica, na mobilização da ferramenta do *éthos* e na introdução de discursos atribuídos aos personagens.

Palavras-chave

Nicolau Maquiavel; historiografia antiga; retórica; *éthos*; discursos

Sumário

Introdução.....	5
1. A crítica aos antecessores: Maquiavel em diálogo com os preceitos retóricos da historiografia antiga	9
1.1 A retórica e a historiografia antiga	10
1.2 A recuperação humanista da historiografia antiga	16
1.3 A crítica de Maquiavel no Proêmio da História de Florença	18
2. O éthos do historiador: a tentativa maquiaveliana de garantir a aprovação de sua autoridade e credibilidade	24
2.1 O éthos na historiografia antiga	24
2.3 O éthos no Renascimento	34
2.3 O éthos em Maquiavel.....	36
3. Os discursos na História de Florença: as funções das palavras dos personagens históricos	43
3.1 Os discursos na historiografia antiga.....	44
3.2 Os discursos no Renascimento	51
3.3 Os discursos em Maquiavel.....	53
Conclusão.....	69
Referências Bibliográficas	71

Introdução

Chegada à noite, retorno para casa e entro no meu escritório; (...) penetro as antigas cortes dos homens do passado, onde, por eles recebido amavelmente, nutro-me daquele alimento que é unicamente meu, para o qual eu nasci; não me envergonho ao falar com eles e perguntar-lhes as razões de suas ações. Eles, por sua humanidade, me respondem, e eu não sinto durante quatro horas qualquer tédio, esqueço todas as aflições, não temo a pobreza e não me amedronta a morte: eu me integro inteiramente neles. E, porque Dante disse não haver ciência sem que seja retido o que foi apreendido, eu anotei aquilo de que, por sua conversação, fiz capital e compus um opúsculo, *De Principibus*¹.

Na carta de 10 de dezembro de 1513 dirigida a Francesco Vettori, Nicolau Maquiavel (1469-1527) desenha uma cena na qual lança perguntas aos homens antigos e obtém respostas. Essa descrição de conversas funciona como uma metáfora para as leituras e os aprendizados decorrentes ao processo de composição d'*O príncipe*. No caso desse tratado, a leitura lhe permite fazer viagens imaginárias ao mundo clássico, onde pôde interrogar figuras históricas acerca dos motivos de seus atos políticos e, conseqüentemente, juntar uma coletânea de saberes de um tipo específico, vinculado a como agir na vida pública.

Nesta monografia utilizo tal metáfora de conversas nas “antigas cortes” como uma representação da leitura dos autores clássicos. Porém, enquanto na carta Maquiavel refere-se ao aprendizado de um saber político, busco outro tipo de saber que ele adquiriu a partir de suas leituras: como escrever história. A minha proposta é investigar a historiografia maquiaveliana na *História de Florença* atentando-me à sua relação com os procedimentos definidos na Antiguidade a respeito da produção de uma obra histórica. Ou seja, o objetivo é analisar a recepção de Maquiavel aos princípios que, na Antiguidade (e no Renascimento), orientaram o ofício de narrar os eventos passados, e a aplicação deles em sua obra. Contudo, meu foco será particularmente direcionado aos preceitos retóricos dessa tradição. Desta forma, entre minhas fontes incluo, por exemplo, historiadores antigos como Tucídides, Políbio, Salústio, Tito Lívio e Tácito, filósofos e retores como Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Luciano, além dos humanistas Leonardo Bruni e Giovanni Pontano.

¹ MAQUIAVEL, Nicolau. “Carta de Maquiavel a Francesco Vettori, em Roma”. In: *O príncipe*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016, pp. 132-133. Para uma análise das trocas de cartas entre Maquiavel e Vettori, incluindo esta do dia 10 de dezembro de 1513, ver PIRES, Francisco Murari. “Maquiavel, a Corte dos Antigos e (o diálogo com) Tucídides”. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 204-212.

Junto da *História de Florença*, consulto outras produções de Maquiavel, incluindo *O príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Embora ambos contenham relatos históricos, o único livro de fato historiográfico de Maquiavel é a *História de Florença* ou, no original, *Istorie Fiorentine*, sua última obra. Ao longo da monografia mantenho os títulos em português daqueles dois tratados, entretanto, altero entre a versão italiana e a traduzida da *História*, escrita entre 1521 e 1525 – após o início da composição d’*O príncipe* e dos *Discursos* – por encomenda do cardeal Giulio de Medici, o futuro papa Clemente VII². Segundo Felipe Charbel Teixeira, desde meados do século XX os comentadores geralmente reconhecem o caráter convencional e retórico da *Istorie*, porém, enquanto alguns deles relativizam-no e apontam as suas características modernas e inéditas, outros conferem mais destaque às continuidades com o modelo clássico. A mesma discussão é perceptível nas pesquisas sobre historiadores humanistas do século XV, como Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini, autores que compuseram histórias da república florentina antes de Maquiavel. Os leitores debatem se é verossímil defini-los como modernos ou não. Teixeira opõe-se aos estudos que consideram o livro maquiaveliano uma tentativa de ruptura com o modelo historiográfico quatrocentista, pois advêm de uma dicotomia simplista entre “adesão plena e rejeição total dos cânones”³. Ele propõe que a obra apenas rompe com um único traço dos antecessores: a concepção de prudência⁴. Não abordarei tal conceito, pois meu foco é na retórica.

Uma análise da *História de Florença*, mesmo voltada para sua dimensão retórica e convencional, pode alimentar-se das observações de todas essas tendências interpretativas. Contudo, meu posicionamento é mais alinhado às pesquisas voltadas a aproximar a *História de Florença* da historiografia antiga ao invés de defini-la uma descontinuidade completa em relação ao modelo greco-romano. É importante salientar minha rejeição daquela dicotomia mencionada por Teixeira, pois a ideia de “adesão plena” é incompatível com o conceito de imitação, central na historiografia antiga. Defendo que a relação da historiografia maquiaveliana com as tradições clássica e humanista pode ser compreendida

² TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010, pp. 190-192.

³ *Ibidem*, pp. 186-192.

⁴ *Ibidem*, p. 197.

mediante o conceito de “*mimesis*” operado por John Marincola no livro *Authority and tradition in ancient historiography* (1997). Na Antiguidade era comum que um autor do campo da composição historiográfica procurasse imitar um grande predecessor para, assim, aprender a maneira correta de lidar com os desafios da escrita. Marincola indica que a boa imitação não se resumia à simples cópia, mas sim em adotar os preceitos já estabelecidos e empregados pelos antecessores e aplicá-los de modo criativo, os reapropriando de uma forma nova e melhor. Portanto, o objetivo não era romper radicalmente com os predecessores, mas sim inovar dentro de uma tradição, abraçando seus melhores pontos e adicionando características originais e individuais⁵. Aliás, de acordo com Thierry Ménissier, o próprio conceito de imitação na linguagem maquiaveliana se refere a um tipo de “cópia ativa”⁶.

A monografia está dividida em três capítulos organizados na mesma estrutura diacrônica: começando na Antiguidade, passando pelos diálogos entre os antigos e os humanistas quatrocentistas e chegando em Maquiavel. No primeiro capítulo analiso parte de um dos trechos mais comentados pelos leitores da *Istorie Fiorentine* centrados em sua conexão com a tradição clássica e humanista: as críticas, no Proêmio, a Bruni e Poggio. Inicialmente montarei um quadro do vínculo estreito entre a retórica e a historiografia antiga, apontando alguns pontos gerais desta associação que serão recuperados ao longo dos capítulos seguintes, como, por exemplo, os gêneros retóricos deliberativo e epidíctico. Depois, apresentarei a retomada da tradição clássica no Renascimento italiano e as suas características mais valorizadas neste contexto. No final, demonstrarei que a divergência da abordagem historiográfica maquiaveliana com os antecessores se fundamenta não

⁵ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 12-14. O autor se baseia nas proposições de Quintiliano. Segundo este retor latino do século I d.C., “grande parte da arte se baseia na imitação”, porém, ela “não é suficiente por si mesma, até porque é próprio de uma mentalidade preguiçosa contentar-se com aquelas coisas que foram descobertas por outros. Ora, o que haveria de acontecer naqueles tempos, em que não havia modelos, se os homens considerassem nada existir para fazer ou pensar, a não ser aquilo de que já tivessem conhecimento? Consequentemente, nada teria sido descoberto”. Aliás, “arte alguma persistiu como foi criada, nem permaneceu nos limites de sua origem”, pois “nada cresce só com a imitação”. QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*. Tradução de Bruno Fregni Basseto. Campinas: Unicamp, 2016, X. II. 1-8, pp. 85-89. O campo de teorização da “*mimesis*” é amplo, e a própria tradução deste termo por imitação é uma questão ainda em disputa. Erich Auerbach é um dos vários autores que trabalham com esse conceito. AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2004. Para outra referência importante nesse debate, ver LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

⁶ MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 35.

em uma nova concepção de escrita da história, mas sim nos mesmos princípios dos modelos antigos e humanistas de composição histórica.

No segundo capítulo novamente analiso as críticas de Maquiavel aos predecessores, porém, considerando o trecho como um todo e articulando-o com a Dedicatória da obra ao cardeal Giulio de Medici. Além disso, troco a chave de leitura das características gerais da historiografia antiga para um novo ângulo, mais específico: a técnica retórica do *éthos*⁷, usada pelos historiadores antigos principalmente nos Proêmios de suas composições para garantir que o público aprove a autoridade⁸ e a credibilidade de sua narrativa. Eu inicio a argumentação exibindo as diferenças entre os retores clássicos na teorização do *éthos* para, seguidamente, investigar o uso deste recurso pelos compositores de história na Antiguidade, por Bruni e por Maquiavel. Defendo que o caráter e as qualidades reivindicadas pelo autor da *História de Florença* foram escolhidos à luz de seu relacionamento tenso com a família dos Medici.

Por último, no terceiro capítulo direciono minha atenção a outras passagens da obra que são amplamente discutidas pelos intérpretes: os discursos diretos e indiretos que Maquiavel coloca na boca dos personagens históricos, com especial destaque àqueles pronunciados durante o período no qual os Medici são protagonistas da história florentina. O objeto central da investigação é a função que tais orações exercem na narrativa, porém, também me atento aos recursos retóricos empregados na construção deles. Minha hipótese é que o autor usa as elocuições para conferir base às alegações de seu *éthos* no Proêmio e como veículo de sua abordagem singular dos gêneros retóricos deliberativo e epidíctico.

Agora, iniciemos nossa viagem imaginária às cortes antigas junto de Maquiavel e lhe perguntemos o que aprendera com os historiadores e retores clássicos para compor a *História de Florença*.

⁷ Segundo a tradução inglesa de Lideel e Scott, na retórica grega antiga, os significados de termo *éthos* eram “*disposicion, character*” ou “*delineation of character*”. LIDEEL, Henry George; SCOTT, Robert. “A Greek-English Lexicon”. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 776.

⁸ Somente quando eu estiver me referindo a um trecho de Maquiavel mantereí o sentido de “autoridade” operado pelo autor. Farei isso especialmente no terceiro capítulo. Porém, nos outros casos, principalmente no capítulo 2, utilizarei a tradução do termo “*authority*” no sentido empregado por Marincola, que se refere aos meios retóricos pelos quais os historiadores antigos reivindicavam a competência para narrar e explicar o passado, construindo, assim, uma “*persona*” que o público julgará persuasivo e crível. MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 1.

1. A crítica aos antecessores: Maquiavel em diálogo com os preceitos retóricos da historiografia antiga

Neste capítulo inicial faço uma análise da conexão entre os preceitos retóricos da historiografia antiga, amplamente influentes no humanismo renascentista, e a crítica de Maquiavel, no Proêmio da *História de Florença*, a Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini, autores que anteriormente já haviam escrito histórias sobre a república florentina. Dirigindo-se ao papa, Maquiavel diz que, num primeiro momento, seu objetivo era “escrever as coisas feitas pelo povo florentino, dentro e fora de Florença” e iniciar sua história “pelo ano 1434 da era cristã, quando a família dos Medici, graças aos méritos de Cosimo e de Giovanni, seu pai, ganhou mais autoridade⁹ que qualquer outra em Florença”¹⁰. Para ele, tal recorte temporal é relevante pois grande parte dos acontecimentos deste período são protagonizados pelos Medici, seus patronos. Porém, o projeto original foi modificado, o que é evidente no resumo da história encontrado na Dedicatória:

Lendo, V.B. Santíssima verá, primeiramente, com quantas ruínas e com quantos príncipes, *ao longo de vários séculos*, foram variando os estados da Itália, depois que o Império Romano começou perder força no Ocidente; verá como o pontífice, os venezianos, o rei de Nápoles e o ducado de Milão assumiram os primeiros postos e comandos dessa província; verá como Sua pátria, subtraindo-se por suas divisões à obediência aos imperadores, manteve-se dividida até começar a conduzir-se à sombra de Sua Casa¹¹.

O recorte alargou-se a *vários séculos*, incluindo um período no qual a casa dos Medici ainda não dominava a pátria florentina. Para que a encomenda não virasse alvo de reprovação, o secretário explica, no Proêmio, por que escolheu fazer essa mudança: Bruni e Poggio “já haviam narrado, com particularidades, todas as coisas sucedidas até aquele ano” e “foram muitíssimo diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos estrangeiros”, contudo, não descreveram as “discórdias civis” e as “inimizades internas” suficientemente¹². Como nota Teixeira, essa passagem é frequentemente citada nas

⁹ Na linguagem maquiaveliana, “autoridade designa o que confere um incremento ao poder, de modo tal que o reconhecemos e a ele nos submetemos”. Assim, “a autoridade é aquilo a que se obtempera sem recorrer à força ou à persuasão”. MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*, *op. cit.*, p. 11.

¹⁰ MAQUIAVEL. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Proêmio, p. 7

¹¹ *Ibidem*, pp. 3-4, grifos meus.

¹² *Ibidem*, p. 7.

interpretações da *História de Florença* e a maioria dos comentadores interpretam-na “como uma crítica direta à ‘historiografia humanista’”, mas ele desaprova essa tese porque, em sua leitura, a crítica de Maquiavel seria somente direcionada ao “tratamento inadequado da questão da discórdia civil”¹³.

Pela minha análise da *Istorie*, concordo com Teixeira e parto da hipótese de que, no Proêmio, Maquiavel fundamenta sua divergência à abordagem inapropriada de Bruni e Poggio mediante os preceitos da tradição clássica recuperada pelos humanistas. Portanto, antes de investigar a obra maquiaveliana, é necessário apontar os fundamentos centrais do modelo historiográfico greco-romano e depois destacar os modos pelos quais eles foram usados na Itália renascentista.

1.1 A retórica e a historiografia antiga

A tradição clássica de escrita da história teve Tucídides (V a.C.) como um dos fundadores iniciais, pois sua *História da Guerra do Peloponeso* foi composta a partir de preceitos que, na Antiguidade e no Renascimento, vieram a ser regularmente imitados. Um tópico da historiografia antiga particularmente central neste capítulo é explicado por Hannah Arendt: juntos dos poetas, os historiadores gregos – entre eles, Heródoto e Tucídides – abraçaram o conceito de *grandeza* e reconheceram como *grande* tudo “o que merecera imortalidade, o que devia ser admitido na companhia das coisas que perduraram para sempre”¹⁴. Na *História da Guerra do Peloponeso*, este tópico se relaciona com outros três: utilidade, verdade e agrado (ou prazer ou deleite). Ele é evidente na previsão tucidideana de que, ao final de sua narrativa, “ficará provado (...) que a presente guerra terá sido *mais importante* que qualquer outra ocorrida no passado”. O ateniense nega a credibilidade dos poetas e dos logógrafos, cujos relatos fabulosos amplificaram e ornaram eventos passados para gerar mais prazer ao invés de preocuparem-se em “dizer a verdade”¹⁵. Ou seja, a fábula e o deleite contrapõem-se ao verídico, mas também à utilidade, como é evidente na seguinte passagem:

¹³ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, *op. cit.*, p. 194.

¹⁴ ARENDT, Hannah. “O conceito de história - antigo e moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 77.

¹⁵ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, I, 21, p. 14, grifos meus.

Pode acontecer que a *ausência do fabuloso* em minha narrativa pareça menos *agradável* ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história *útil* e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um *patrimônio sempre útil*¹⁶.

A utilidade e a grandeza se entrelaçam na obra, pois, conforme nota François Hartog, Tucídides julga sua obra útil devido a grande proporção do conflito, que foi sem precedentes. Enquanto Heródoto focou em seguir a tarefa da poesia épica de conferir glória aos grandes feitos para imortalizá-los na memória, o ateniense privilegiou a preocupação em deixar um *patrimônio sempre útil*, o que é possível graças à exemplaridade da guerra¹⁷. Anna Lia Amaral de Almeida Prado comenta outro traço da concepção tucidideana de grandeza: a inédita quantidade de sofrimento experimentado pelas vítimas do conflito bélico¹⁸, algo evidente quando o autor indica que, durante o evento, “a Hélade sofreu desastres como jamais houvera num lapso de tempo comparável (...). Nunca tantas cidades foram capturadas e devastadas. Nunca tanta gente foi exilada ou massacrada, quer no curso da própria guerra, quer em consequência de dissensões civis”. Somada às catástrofes de origem humana há uma lista de tragédias naturais simultâneas à guerra: “terremotos (...) de grande violência; eclipses do sol” mais frequentes; “grandes secas, também, em algumas regiões, com a sequela da fome”; e a “peste epidêmica”¹⁹.

Ademais, Tucídides opôs-se às tentativas de suscitar prazer e “seduzir o ouvido” do público e vinculou esta intenção ao gênero das genealogias, cujo objeto é o passado remoto. Três séculos depois, Políbio adotou esta associação²⁰. Outros preceitos tucidideanos, de acordo com Arnaldo Momigliano, incluem a introdução de discursos diretos proferidos por personagens históricos e a finalidade de relatar eventos exclusivamente políticos e, de preferência, contemporâneos, os únicos

¹⁶ *Ibidem*, I, 22, pp. 14-15, grifos meus.

¹⁷ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 63.

¹⁸ PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida. “Estrutura e função do Livro I”. In: TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso: livro 1*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, pp. XXI-XXII.

¹⁹ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso, op. cit.*, I, 23, p. 15. Para uma análise da dimensão retórica do modo pelo qual Tucídides comenta a grandeza dos desastres da guerra, ver WOODMAN, A.J. *Rhetoric in classical historiography*. London: Routledge, 2004, pp. 29-32.

²⁰ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem, op. cit.*, pp. 63-64.

aproveitáveis aos homens do futuro²¹. Em geral, a aceitação de Tucídides no mundo clássico foi maior que a de Heródoto, chegando a ser considerado, inclusive, o modelo de historiador verdadeiro por definir a história política do presente como a única importante. Sua abordagem historiográfica serviu de inspiração para autores como o grego Políbio e os romanos Salústio, Tito Lívio e Tácito, além de ter sido valorizada por Cícero e Luciano de Samósata, escritores de tratados retóricos²².

No diálogo *Do orador* (55 a.C.), Cícero compartilha do favoritismo por Tucídides em vez de Heródoto, mas não exclusivamente devido as características apontadas acima. O filósofo romano elogia o ateniense por sua “arte do discurso” eloquente e “*concisa*”, avaliada como superior aos adornos herodotianos²³. Apesar deste critério estilístico contrastar com a crítica tucidideana aos relatos ornados e interessados no deleite, ambos os autores concordam que “a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso”, em termos ciceronianos. A grande diferença entre eles é que Cícero entende a historiografia como um gênero retórico²⁴: os “preceitos dos retores” são os mesmos que devem orientar a exposição dos “feitos grandiosos e memoráveis”²⁵, então apenas a voz do orador é confiável para o relato da história, cuja finalidade é ser “mestra da vida”²⁶, ou seja, ser exemplar e possuir uma utilidade pedagógica. Alguns princípios ciceronianos encontram-se n’*A conjuração de Catilina* (44 a.C.), composta por Salústio: “Assim, *concisamente*, descreverei a conjuração de Catilina da maneira mais *verídica* possível, pois considero tal feito sobremaneira *memorável*”²⁷. A noção de concisão presente em ambos os escritores romanos refere-se ao recurso estilístico da “brevidade” (*brevitas*), definido pelo

²¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Unesp, 2019, pp. 73-76.

²² *Ibidem*, pp. 80-84.

²³ CÍCERO, M. T. *Do orador*. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: USP. Tese em Letras Clássicas, 2009, II, 56, p. 205, grifos meus.

²⁴ De acordo com Teixeira, apesar da história não ter “apenas surgido na Grécia do século V a.C. como alcançado, com Heródoto e Tucídides, sua maior expressividade no mundo antigo, a discussão acerca da concepção retórica de história predominante na Antiguidade deve dar atenção especial às considerações de Cícero no livro II do diálogo *De oratore*, isso porque os gregos jamais chegaram a definir a história como um gênero retórico-poético”. TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, *op. cit.*, p. 159.

²⁵ CÍCERO, M. T. *Do orador*, *op. cit.*, II, 62-63, p. 206.

²⁶ *Ibidem*, II, 36, p. 201.

²⁷ SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: Hedra, 2018, IV, 3-4, p. 19.

autor desconhecido da *Retórica a Herênio* (final da década de 80 a.C.) enquanto um meio de “narrarmos resumida e não detalhadamente”²⁸.

Assim como a história retoricizada de Cícero – um admirador de Aristóteles²⁹ –, a *Retórica* aristotélica (século IV a.C.) nos permite compreender os vínculos existentes na Antiguidade entre história e retórica, isto é, “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”³⁰. Segundo o macedônio, o discurso retórico divide-se em três gêneros, sendo que cada um diz respeito a um objeto e a um tempo específicos:

Numa deliberação temos tanto o *conselho* como a dissuasão (...). Num processo judicial temos tanto a acusação como a defesa (...). No gênero epidíctico temos tanto o *elogio* quanto a *censura*. Os tempos de cada um destes são: para o que delibera, o futuro, pois aconselha sobre eventos futuros (...); para o que julga, o passado, pois é sempre sobre atos acontecidos que um acusa e outro defende; para o gênero epidíctico o tempo principal é o presente, visto que todos louvam ou censuram eventos atuais, embora também muitas vezes argumentem evocado o passado e conjecturando sobre o futuro³¹.

Além disso, cada gênero retórico detêm uma finalidade própria: “Para o que delibera, o fim é o *conveniente* ou o prejudicial (...). Para os que falam no tribunal, o fim é o justo e o injusto (...). Para os que elogiam e censuram, o fim é o belo e o feio”. Mesmo que os discursos deliberativos e epidícticos não foquem particularmente nos eventos pretéritos, Aristóteles indica que o conhecimento sobre este tempo é central a ambos, pois, “visto que as coisas impossíveis não podem ter sido feitas no passado, nem se podem fazer no futuro”, todos os oradores precisam ter “premissas sobre o possível e o impossível, se algo aconteceu ou não, e se virá a ter ou não um lugar”³². O filósofo macedônio ainda define os recursos argumentativos mais apropriados a cada gênero:

A *amplificação* enquadra-se logicamente nas formas de *elogio*, pois consiste em superioridade, e a superioridade é uma das coisas belas. (...). Entre as espécies comuns a todos os discursos, a amplificação é, em geral, a mais apropriada aos epidícticos; pois estes tomam em consideração as ações por todos aceites; de sorte que apenas resta revesti-las de *grandeza* e de *beleza*. Os *exemplos*, por seu turno,

²⁸ Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*. Tradução de Adriana Seabra e Ana Paula Celestino Faria. São Paulo, Hedra, 2005, I, 14, p. 67.

²⁹ CÍCERO, M.T. *Do orador*, op. cit., II, 152, p. 222.

³⁰ ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, I, 1355b, p. 95.

³¹ *Ibidem*, I, 1358b, p. 104, grifos meus.

³² *Ibidem*, I, 1358b-1359a, pp. 104-106, grifos meus.

são mais apropriados aos discursos deliberativos; pois *é com base no passado que adivinhamos e julgamos o futuro*³³.

No entanto, os exemplos – recurso compartilhado por todos os gêneros – dividem-se em dois tipos: podem ser referências a eventos pretéritos ou invenções do orador, como é o caso das fábulas³⁴. Para Aristóteles, essas têm o seu valor, “mas os argumentos com base em fatos históricos são mais úteis nas deliberações públicas, porque, na maior parte dos casos, os acontecimentos futuros são semelhantes aos do passado”³⁵. Em suma, o uso de exemplos históricos verídicos e não fabulosos é a melhor forma de aconselhar o público sobre qual a ação política mais conveniente. Tal alegação equivale-se ao princípio, defendido por Tucídides e Cícero, de que a história verdadeira é exemplar e dotada de utilidade. Afora esta semelhança com a retórica deliberativa, é evidente que a história se aproxima, inclusive, do gênero epidíctico devido à noção de *grandeza*, porém, conforme já foi demonstrado, a abordagem tucidideana recusa os artifícios da *amplificação* e do embelezamento, características do *elogio* (ou louvor) e das genealogias.

A análise das conexões entre história e retórica na Antiguidade também exige que se observe os apontamentos de Luciano de Samósata. No tratado *Como se deve escrever a história*, o escritor sírio do século II d.C. censura certas tendências de alguns historiadores de sua época que deveriam ser evitadas, e propõe uma série de conselhos. Em primeiro lugar, o maior erro na composição da história se desenrola quando:

descuidando-se de narrar o que aconteceu, demora-se em elogios aos comandantes e generais, elevando os seus às alturas e rebaixando os inimigos além da medida, por ignorar que *não é estreito o istmo que delimita e separa a história do encômio*, mas há uma elevada muralha entre eles (...). Com efeito, ao encomiasta apenas uma coisa interessa – *elogiar e agradar*, seja como for, aquele que se elogia – *e, se acontecer de mentir para atingir seu objetivo, pouco se preocupará*. Já esta, a história, nela introduzindo-se uma mentira, nem a menor delas suportaria³⁶.

Ou seja, a tarefa dos historiadores não consiste em promover agrado por meio de louvores, muito menos se forem falsos. Também é distante do ofício

³³ *Ibidem*, I, 1368a, p. 130, grifos meus.

³⁴ *Ibidem*, II, 1393a, p. 206.

³⁵ *Ibidem*, II, 1394a, p. 208.

³⁶ LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, 7, p. 39, grifos meus.

poético, um campo marcado por embelezamento, adornos e encômios³⁷. Nela o elogio e o prazer até são toleráveis, embora estejam longe de defini-la:

deve-se elogiar na ocasião oportuna e guardando-se a medida dos fatos, para não molestar os futuros leitores. Em resumo: tais coisas devem ser reguladas tendo em vista a posterioridade (...). Quantos julgam dividir a história em dois, o prazeroso e o útil, e por isso introduzem nela também o encômio como algo prazeroso e agradável aos ouvintes, você vê o quanto se desviam do verdadeiro? Em primeiro lugar, por utilizar uma falsa divisão, pois só um é o produto da história e sua finalidade: o útil – o que apenas a partir do verdadeiro se alcança. Quanto ao prazeroso, o melhor é que se acompanha aquele (...). Assim, a história, se além do mais se ocupa de passagem com o prazeroso, pode atrair muitos amantes, mas, até que tenha atingido sua finalidade própria – digo: a publicação da verdade – se preocupará pouco com a beleza³⁸.

Portanto, a concepção luciânica de história parte da principal regra que Tucídides³⁹ impôs à sua própria obra e que Cícero sugeriu no *Do orador*: compor um relato aproveitável e verídico. Mesmo que a tentativa de deleitar pelo embelezamento seja válida, dela se exige duas condições: não vir seguida pelo encômio e evitar a mentira. Inclusive, o encômio pode ser fonte de descontentamento, “sobretudo se contêm exageros fora da medida”⁴⁰. Tendo isso em vista, Luciano apresenta em seu tratado outros modos de tornar o discurso do historiador belo e prazeroso, desta vez mais compatíveis com a verdade⁴¹. Por exemplo, a poesia “com os pés no chão” é indispensável para que a descrição de batalhas seja elevada “até a beleza e a grandeza do que se diz (...) adequando-se a cada coisa o máximo possível”⁴². Um segundo preceito obrigatório da narrativa histórica interliga o princípio da *grandeza* ao recurso estilístico da *brevitas*, como está claro na seguinte passagem:

Rapidez é em tudo útil, sobretudo se não há falta do que dizer, e isso deve ser conseguido não tanto a partir dos nomes e dos verbos, quanto a partir dos feitos – e digo: se você passar correndo pelos pequenos e menos necessários, então dirá suficientemente os grandes – mais ainda: você deve deixar de lado muitas coisas⁴³.

³⁷ *Ibidem*, 8, pp. 39-41.

³⁸ *Ibidem*, 9, p. 41, grifos meus.

³⁹ O ateniense é apreciado por Luciano: “Tucídides fez muito bem em estabelecer essa norma e em discernir entre a virtude e o vício na historiografia”. *Ibidem*, 42, p. 71.

⁴⁰ *Ibidem*, 11, p. 43.

⁴¹ *Ibidem*, 13, p. 45.

⁴² *Ibidem*, 45, p. 73, grifos meus.

⁴³ *Ibidem*, 56, p. 79, grifos meus.

Em outros termos, é necessário narrar eventos grandiosos de modo mais detalhado que o relato de acontecimentos de menor relevância. O conceito de grandeza encontra-se novamente em um trecho referente à seção inicial das composições históricas, o Proêmio, onde cabe ao historiador “mostrar que falará sobre coisas grandes, necessárias, familiares ou úteis”. Já na própria descrição da história, é preciso compor “o que segue de modo fácil de entender e claro, expondo de início as causas e limitando-se aos acontecimentos principais”⁴⁴. Decerto, Luciano atribuiu ampla centralidade ao modo pela qual o enredo é construído porque, em seu pensamento, os fatos antecedem o escritor e sua função apenas é ordená-los numa narrativa; neste ponto, ele distingue historiadores e oradores⁴⁵. Tal afastamento contrasta com a proposição ciceroniana de que a história é um gênero retórico.

Portanto, apesar de algumas discordâncias entre esses autores a respeito das regras que devem orientar a escrita da história, pode-se reunir vários princípios que envolvem esta atividade no mundo antigo. Na historiografia clássica destacam-se traços como as relações entre a grandeza, a utilidade e o exemplo; as tensões que permeiam o convívio da verdade histórica com o deleite, a poesia e o elogio; os contatos entre história e as retóricas deliberativa e epidíctica; por fim, o emprego adequado de recursos estilísticos, como a *brevitas*. Todos esses são elementos-chave do modelo de escrita da história desenvolvido no Renascimento italiano.

1.2 A recuperação humanista da historiografia antiga

Gabriella Albanese apresenta um quadro geral da redescoberta dos autores clássicos pelos humanistas nos séculos XIV e XV; em sua interpretação, é uma conjuntura essencial para a compreensão do surgimento da historiografia moderna. Enquanto escritores latinos – entre eles Cícero e Tito Lívio – já eram relativamente conhecidos na Idade Média e, por isso, foram reconhecidos como cânones desde os inícios do Renascimento italiano, outros voltaram a circular tardiamente, principalmente Salústio e Tácito. No cerne deste movimento encontramos homens de letras que permitiram o retorno da tradição grega, tais quais Lorenzo Valla – que traduziu Tucídides para o latim – e Leonardo Bruni – responsável pela descoberta

⁴⁴ *Ibidem*, 53, p. 77.

⁴⁵ *Ibidem*, 50, p. 77.

de Políbio. O sírio Luciano, da mesma forma, recebeu ampla autoridade neste cenário por causa dos seus conselhos relativos à aplicação de artifícios retóricos e à finalidade do Proêmio nas composições históricas, e devido a sua concepção de história política, verdadeira e instrutiva, que se afasta da poesia e do encômio. A noção de história pedagógica teve ampla divulgação no período renascentista em decorrência da noção ciceroniana de considerar tal campo literário um gênero retórico. As reflexões dos *outsiders* Aristóteles – tanto na *Retórica* quanto na *Poética* – e Quintiliano também conquistaram espaços de valorização⁴⁶.

Os primeiros humanistas que teorizaram sobre a escrita da história, definindo suas regras e seu caráter retórico, basearam-se, principalmente, em Luciano, Tucídides e Políbio. Logo, conceberam uma concepção de história “comemorativa e pedagógica, de afinidade à oratória epidíctica”, o que levou à sua introdução dentro dos *studia humanitatis*, pois julgava-se fundamental o estudo dos historiadores antigos na educação escolar. Além disso, nesta conjuntura de reviravolta promovida pelo retorno dos autores gregos, desenvolveu-se o surgimento “de uma historiografia de tipo oficial: via esta que conduz à importante historiografia moderna de Maquiavel”, nas palavras de Albanese. Segundo ela, tal via foi marcada por intelectuais da corte aragonesa de Nápoles encarregados de concretizar o projeto estatal de celebrar a história política do principado. Entre eles destacaram-se Valla e Giovanni Pontano, cujo *Actius* (1499) “constitui o único tratado sistemático” da historiografia humanista⁴⁷.

O diálogo *Actius* lista pontos de contato e de separação entre história e poesia. Ambos pertencem simultaneamente aos gêneros epidíctico e deliberativo: censuram vícios e elogiam virtudes, amplificando ou diminuindo o objeto quando necessário, e cumprem as funções de ensinar, de deleitar, de comover e de ser útil. Entretanto, apesar dos dois embelezarem eventos, a escrita poética inclui elementos divinos e fictícios, enquanto a composição histórica se limita à verdade, preservando a memória dos feitos pretéritos para a posterioridade. Pontano valoriza as autoridades de Lívio e de Salústio⁴⁸, e destaca o modo pelo qual o autor d’A

⁴⁶ ALBANESE, Gabriella. “A descoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão”. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo, 2009, pp. 277-287.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 289-301.

⁴⁸ PONTANO, Giovanni. *Dialogues: volume 2 (Actius)*. Traduzido e editado por Julia Haig Gaisser. Cambridge: Harvard University Press, 2020, 62-63, pp. 197-207.

conjuraco de Catilina emprega o recurso da brevidade (“*brevitas*”), visto como o mais adequado ao ensino, ao prazer e à comoo. O humanista defende que a história deve focar em eventos militares e concorda com dois preceitos inspirados em Cícero: o historiador privilegia o verdadeiro ao falso, censurando e louvando apropriadamente⁴⁹, e comporta-se quase como um professor, pois a história  ela própria um guia da vida⁵⁰.

Nas palavras de Teixeira, a concepo de história presente na Itália quatrocentista pode ser resumida assim: “um tipo de relato regrado segundo os preceitos associados aos gêneros retóricos epidíctico e deliberativo”⁵¹. Esta concepo encontra-se em Pontano e no Proêmio da *História do povo florentino* de Bruni, que promete celebrar aoes grandiosas realizadas na paz e na guerra, e, mediante elas, ensinar quais comportamentos devem ser imitados ou evitados, inspirando a realizao de feitos virtuosos⁵². A obra, “de caráter quase oficial”, alcançou um grande prestígio em Florença por ilustrar a liberdade republicana da cidade. O humanista produziu-a mediante princípios ciceronianos recuperados no Renascimento, como o deleite, o encômio e a concepo pedagógica da história, e disponibiliza nela conselhos cívicos através de discursos diretos e exposioes de batalhas externas. Tal modelo historiográfico foi adotado por Poggio Bracciolini, cuja *Historia Florentina* continuou a narrativa bruniana. Além da leitura de ambos os livros, Maquiavel provavelmente conhecia as “linhas gerais do debate humanista sobre os modos de composio das histórias”. Embora fosse uma historiografia fundada nas autoridades clássicas, Teixeira destaca que seria um erro descrevê-la simplesmente como uma repetio dos princípios da historiografia antiga⁵³. Aqui  importante lembrar o conceito de *mimesis* de Marcola: imitar não significa uma simples cópia, mas uma reapropriao criativa. Vemos o mesmo em Maquiavel.

1.3 A crítica de Maquiavel no Proêmio da *História de Florença*

⁴⁹ *Ibidem*, 73-74, pp. 245-253.

⁵⁰ *Ibidem*, 85, p. 303.

⁵¹ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, *op. cit.*, p. 21.

⁵² BRUNI, Leonardo. *History of Florentine people*. Vol 1: books I-IV. Traduzido e editado por James Hankins. Cambridge: Harvard University Press, 2001, Proêmio. 1, p. 3.

⁵³ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, *op. cit.*, pp. 177-184.

Teixeira, diferente de Albanese, nega ser apropriado atribuir a denominação *moderna à História de Florença* maquiaveliana e defende o seu “caráter convencional”. Ele opõe-se a autores que separam o formato retórico do conteúdo da obra – caso de Felix Gilbert – ou que interpretam a crítica à Bruni e Poggio como uma ruptura em relação ao modelo de escrita da história praticado e teorizado no Renascimento quatrocentista⁵⁴. Ménissier pode ser incluído nessa segunda corrente. Em sua leitura, “a versão maquiaveliana da história florentina se separa radicalmente da historiografia humanista”, já que, no Proêmio, o secretário apresenta uma forma de analisar os conflitos internos distinta do método seguido por seus antecessores⁵⁵. Quentin Skinner aproxima-se destas leituras, mas apresenta outro argumento: devido ao seu aspecto encomiástico reduzido, a obra de Maquiavel realiza uma “inversão completa dos postulados correntes sobre a finalidade da história”⁵⁶.

Embora no Proêmio ele já anuncie que tecerá louvores individuais às virtudes dos Medici⁵⁷, decerto, a principal característica da *Istorie* não é o encômio, e seu modo de tratar a discórdia civil diverge da abordagem adotada por Bruni e Poggio. Porém, seu leve afastamento do elogio e sua crítica aos predecessores fundamentam-se nas mesmas regras historiográficas propostas no mundo clássico e aceitas pelos humanistas. A respeito dos conflitos internos, Bruni e Poggio “calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta *brevidade* que nela os leitores não podem encontrar *utilidade nem prazer* algum”. Na avaliação maquiaveliana:

Creio que assim fizeram por acharem que aquelas ações eram *tão pouco importantes* que as consideraram *indignas de entrar para a memória* das letras, ou então porque temiam ofender os descendentes daqueles que, naquelas narrativas, se houvesse de caluniar. Duas razões são essas que (seja dito em boa paz) me parecem de todo indignas de grandes homens; porque, na história, se alguma coisa há que *deleite ou ensine*, é a *descrição em particularidades*, e, se alguma *lição há que seja útil* aos cidadãos que governam as repúblicas, é aquela que demonstra os

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 189-192. Para um quadro das leituras do posicionamento de Maquiavel diante historiografia humanista”, ver ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso editorial, 2007, pp. 136-138.

⁵⁵ MÉNISSIER, Thierry. *Vocabuário de Maquiavel*, *op. cit.*, p. 31.

⁵⁶ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010, pp. 110-111.

⁵⁷ Maquiavel aponta, de forma elogiosa, para “a bondade de Giovanni, a sabedoria de Cosimo, a humanidade de Piero e a magnificência e prudência de Lorenzo”. MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, *op. cit.*, Dedicatória, p. 4.

motivos dos ódios e das divisões das cidades, para que, diante do perigo em que incorreram outros, eles possam ganhar *sabedoria e manter-se unidos*⁵⁸.

Esse trecho evidencia que Maquiavel censura seus antecessores por empregarem o recurso da *brevitas* inadequadamente, visto que as discórdias civis são eventos grandiosos e dignos de memorização, e, por isso, devem ser narrados de modo a privilegiar as particularidades, pois são as melhores fontes de prazer, sabedoria e utilidade que a história oferece. Sendo assim, a explicação das causas desses acontecimentos negativos ensina os meios de manter a união e inspira tal ato político. Segundo Felix Gilbert, o secretário narra detalhadamente eventos grandiosos considerados importantes para o ensino de lições históricas, como a tirania do Duque de Atenas em Florença e o Tumulto dos *Ciompi*⁵⁹. O primeiro episódio é resultado da divisão entre o povo e a nobreza, e o segundo é produto dos conflitos entre plebe e povo⁶⁰.

Embora Maquiavel reivindique a capacidade de explicitar como evitar a desunião, encontramos uma contradição quando comparamos esse trecho do Proêmio com o capítulo inicial do Livro III. Nessa passagem, o autor revela que as desuniões são inatas às cidades devido às “naturais inimizades que há entre os homens do povo e os nobres, causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer”⁶¹. No capítulo inicial do Livro VII, o secretário reitera a impossibilidade da união, denominando a esperança de sua concretização uma “ilusão”. Porém, somente “algumas divisões prejudicam as repúblicas, enquanto outras ajudam: as prejudiciais são as que vêm acompanhadas por facções e partidários (...). Portanto, quem funda uma república, como não pode evitar que nela haja inimizades”, tendo em vista o conflito natural entre povo e nobres, “precisa pelo menos cuidar que nela não haja facções”. No caso florentino, as discórdias “foram sempre acompanhadas por facções e, por isso, sempre foram danosas”⁶². Desta forma, a *História de Florença* não oferece um conhecimento para

⁵⁸ MAQUIAVEL. *História de Florença*, *op. cit.*, Proêmio, pp. 7-8.

⁵⁹ GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: politics and history in sixteenth-century Florence*. Princeton: Princeton University Press, 1965, p. 238.

⁶⁰ MAQUIAVEL. Nicolau. *História e Florença*, *op. cit.* III. 1, p. 159.

⁶¹ *Ibidem*, III. 1, p. 157.

⁶² *Ibidem*, VII. 1, pp. 422-423. Na leitura de Patrícia Aranovich, a “discrepância” entre o Proêmio e o alerta de que o desejo de união é ilusório “não pode ser solucionada, exceto pela inclusão do próprio Maquiavel entre os que têm uma esperança enganadora”. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, *op. cit.*, p. 201.

impedir os conflitos internos como um todo, pois parte deles é inevitável, mas sim para evitar uma de suas variações: aquela vinculada ao facciosismo.

Conforme aponta Teixeira, enquanto o tema central em Bruni é a liberdade inata ao povo de Florença, o relato maquiaveliano tem como fio condutor o facciosismo⁶³. De acordo com a *Istorie*, em 1080 a península itálica dividiu-se entre duas facções: os guelfos, seguidores da Igreja Católica, e os gibelinos, seguidores do Sacro-Império Romano-Germânico. Os florentinos “se mantiveram unidos até 1215”, porém, “assim como em nosso corpo as doenças, quanto mais tardias, mais perigosas e mortais são, também Florença, que seguiu mais tardiamente as seitas formadas na Itália, foi mais afligida por elas”. O primeiro exemplo na cidade de discórdia civil acompanhada de facciosismo é o episódio no qual a inimizade entre quatro famílias nobres se aprofunda em decorrência de questões matrimoniais, gerando um cenário tenso que se radicaliza ainda mais ao misturar-se às divergências entre guelfos e gibelinos⁶⁴. Ambas as facções participam de parte dos momentos de tensão nos Livros II e III, sendo às vezes os protagonistas.

A permanência do facciosismo em Florença, sua convivência com as divisões naturais e a amplitude de seus efeitos destrutivos são anunciadas no Proêmio:

se houver repúblicas cujas divisões foram notáveis, as de Florença as excedem em tudo, porque a maioria das outras repúblicas quais se tem alguma notícia contentou-se com uma divisão, em razão da qual, segundo os acontecimentos, ora cresceram, ora declinaram, mas Florença, não contente com uma, criou muitas. (...) primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas, e de tais divisões tiveram origens *tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias, como nunca ocorreu em nenhuma cidade de que se tenha memória*⁶⁵.

Atentando-se à relevância das inimizades internas, o secretário admite não compreender “qual a razão de não serem tais divisões dignas de *descrição particularizada*”. Inclusive, não apenas esses acontecimentos são relevantes, porque há outras “ações que têm em si grandeza, como são as dos governos e dos estados”. Enquanto os eventos grandiosos são dignos de relato detalhado, outros

⁶³ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, op. cit., p. 196.

⁶⁴ MAQUIAVEL. *História de Florença*, op. cit., II. 2-4, pp. 79-83.

⁶⁵ *Ibidem*, Proêmio, p. 8, grifos meus.

são apropriados ao recurso da concisão por serem menores, então, o Livro I da *História de Florença* “contará brevemente todos os acontecimentos da Itália desde a queda do Império Romano até 1434”⁶⁶. A *brevitas* é aludida por Maquiavel na Dedicatória e serve para justificar a rapidez das referências ao pai do papa Clemente VII: “da memória do pai de V.B pouco falei; e a razão disso foi a *brevidade* de sua vida”. Somando à mobilização desses princípios, ele reproduz a noção luciânica de que a verdade histórica tolera conviver com o deleite apesar de uma tensão inevitável:

Assim, Santíssimo e Beatíssimo Padre, empenhei-me nestas minhas descrições em, não maculando a verdade, satisfazer a todos; mas talvez não venha a satisfazer a ninguém e, se assim for, não me admirarei, pois considero impossível deixar de ofender a muitos quando descrevemos as coisas dos seus tempos⁶⁷.

A tentativa do secretário de deleitar seu público não recorre ao falso e nem precisaria, dado que a narração das particularidades dos conflitos internos em si já atinge esse objetivo. O propósito maquiaveliano de agradar se une à utilidade da obra⁶⁸. Teixeira aproxima tal unidade a uma frase de Políbio⁶⁹, porém, uma autoridade mais próxima do secretário talvez seja Quintiliano, que, em *Instituição oratória* (final do século I d.C.), postulou o triplo dever do orador: “ensinar, comover e divertir”⁷⁰. Maquiavel era familiarizado com esse autor latino e possuía o *Do orador* ciceroniano em casa⁷¹; por isso, provavelmente atribuiu uma dimensão pragmática à história por influência da ideia dos retóricos romanos de que os exemplos passados servem para mover os leitores a buscarem vias corretas de ação⁷². Além disso, o secretário já conhecia a *História de Roma* de Tito Lívio – cuja escrita iniciou-se entre 27 a.C. e 25 a.C. – desde sua juventude⁷³, então sua

⁶⁶ *Ibidem*, Proêmio, pp. 9-10, grifos meus.

⁶⁷ *Ibidem*, Dedicatória, p. 5.

⁶⁸ Segundo Helton Adverse, a união entre deleite e utilidade também está presente nos escritos literários de Maquiavel. ADSERVE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 268.

⁶⁹ TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*, *op. cit.*, p. 199. Ele refere-se à seguinte frase do autor grego: “é possível apreender a utilidade e o prazer da história”. POLÍBIO. *História pragmática: livros I a V*. Tradução de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva, 2016, I, 4, 11, p. 51.

⁷⁰ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, *op. cit.*, VIII. Proêmio. 7, Tomo III, p. 193.

⁷¹ VIROLI, Maurizio. “The power of words”. In: *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp. 73-76.

⁷² *Ibidem*, p. 97.

⁷³ RICHARDSON, Brian. “Notes on Machiavelli’s sources and his treatment of the rhetorical tradition”, *op. cit.*, p. 37.

concepção de história exemplar também pode ter se baseado nele, apesar de encontrarmos em Lívio uma intensa preocupação moral⁷⁴ inexistente em Maquiavel. Segundo o romano:

O que é sobremodo salutar e produtor, no conhecimento da história, são os exemplos instrutivos de toda espécie que se descobrem à luz da obra. Nela se encontram, para o teu benefício e o teu país, modelos dignos de imitação assim como ações vergonhosas, cujas causas e consequências é preciso evitar⁷⁵.

As fontes do contato de Maquiavel com preceitos retóricos da escrita historiográfica eram tanto antigas quanto humanistas. Na leitura de Felix Gilbert, o secretário se viu constrangido e obrigado a seguir tais convenções pré-estabelecidas⁷⁶. Neste capítulo busquei demonstrar que, ao contrário da interpretação deste comentador moderno, o autor da *História de Florença* realiza uma crítica a seus antecessores em defesa de princípios que realmente considerava adequados para cumprir a função da história. O objetivo do livro é estimular – por meio de narração particularizada, prazerosa e verdadeira – seus concidadãos a evitar os conflitos facciosos e instruí-los a agir de modo a impedir que esses eventos grandiosos voltem a acontecer no futuro. Portanto, enquanto Leonardo Bruni, conforme já dito, focou nas regras do encômio, pois sua ênfase é na liberdade florentina, nota-se em Maquiavel uma afinidade maior com o elemento epidíctico da censura e com a retórica deliberativa. No caso da narrativa maquiaveliana, o vitupério se dirige majoritariamente às discórdias civis produzidas pela dinâmica do facciosismo em Florença. Tal diferença será analisada mais detalhadamente no terceiro capítulo.

⁷⁴ SEBASTIANI, Breno Battistin. “A política como objeto de estudo: Tito Lívio e a reflexão historiográfica romana do século I a.C..” *Revista de História (USP)*, v. 1, 2006, p. 310.

⁷⁵ LÍVIO, Tito. *História de Roma*. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989, p. 18.

⁷⁶ GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: politics and history in sixteenth-century Florence*, *op. cit.*, p. 239.

2. O *éthos* do historiador: a tentativa maquiaveliana de garantir a aprovação de sua autoridade e credibilidade

No primeiro capítulo desta monografia empreendi uma investigação sobre a crítica de Nicolau Maquiavel, no Proêmio da *História de Florença*, ao tratamento de Leonardo Bruni e de Poggio Bracciolini a respeito dos conflitos internos. Em oposição aos autores contemporâneos que a consideram uma ruptura com o modelo humanista de composição histórica, demonstrei a centralidade dos preceitos retóricos da historiografia antiga na abordagem que o secretário apresentou como a mais adequada para cumprir o papel da história. Porém, até este ponto, propositalmente limitei o cerne da pesquisa a um trecho incompleto da crítica maquiaveliana. Assim, neste segundo capítulo analiso a sua totalidade enquanto atento-me a outros aspectos de sua relação com o caráter retórico da historiografia clássica.

Maquiavel sugere duas possíveis razões para seus antecessores terem adotado uma narrativa breve da discórdia civil: “Creio que assim fizeram por acharem que aquelas ações eram tão pouco importantes (...) ou então porque temiam ofender os descendentes daqueles que, naquelas narrativas, se houvesse de caluniar”⁷⁷. A primeira razão (menor grandeza) foi examinada no capítulo anterior e a retomarei neste capítulo, porém, o foco agora desloca-se para a segunda razão (o medo da ofensa). Essas passagens serão alvo de uma outra chave de leitura: a hipótese de que nelas encontramos o cuidado do autor com a aprovação da autoridade de seu relato. Entre os diversos meios empregados no Proêmio e na Dedicatória a fim de garanti-la, destaca-se a construção de um caráter favorável mediante a ferramenta retórica do *éthos*, um conjunto de procedimentos frequentemente praticados pelos historiadores antigos.

2.1 O *éthos* na historiografia antiga

Para a compreensão dessa prática comum na historiografia antiga, é necessário expor as diferentes (e, às vezes, divergentes) reflexões ligadas ao *éthos* presentes em tratados retóricos dos mundos grego e latino. Segundo Aristóteles, há três tipos de prova artísticas – ou seja, fornecidas pela arte retórica – que permitem

⁷⁷ MAQUIAVEL. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Proêmio, pp. 7-8.

ao orador tornar seu discurso mais convincente: o *páthos* abarca o ato de levar os ouvintes a uma disposição emocional específica; o *logos* associa-se à argumentação e demonstração racional; o *éthos*, por sua vez, alude à ação de, discursivamente – e não por opiniões prévias –, provocar no público a “impressão de o orador ser *digno de fé*” devido aos atributos positivos de seu caráter. Por exemplo, “acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas”⁷⁸ ou dotadas de qualidade como “a prudência, a virtude e a benevolência”⁷⁹.

As proposições aristotélicas foram apropriadas pelos mestres latinos de retórica e, em certos casos, contestadas ou reconfiguradas. No *Do orador*, Cícero aproxima *éthos* e *páthos*, e atribui-lhes maiores efeitos persuasivos em comparação com o *logos*. Os elementos artísticos operados para atingir o convencimento são: “provar ser verdadeiro o que defendemos, cativar os ouvintes, provocar em seus ânimos qualquer emoção que a causa exigir”⁸⁰. O primeiro, vinculado à instrução⁸¹ e à argumentação, é o menos efetivo, já que “os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade”. Assim, quem for capaz de manipular as emoções ou as aparências, tornando a audiência favorável ao seu discurso, detém as técnicas suficientes à persuasão⁸². Ao contrário de Aristóteles, a abordagem ciceroniana valoriza a importância da reputação prévia na construção do *éthos*, pois os ânimos são cativados mais facilmente se ela existe, ao invés de ser forjada discursivamente. Além de ser essencial “que se aprovem o caráter, os costumes, os feitos e a vida” do orador, é útil, “do mesmo modo, que se desaprovem os dos adversários”. Cícero lista várias qualidades vantajosas de serem reivindicadas e lançadas “contra os adversários de maneira inversa”, como afabilidade, honestidade e modéstia⁸³.

Assim como no *Do orador*, em outros casos da tradição retórica latina percebe-se uma aproximação entre o *éthos* e o *páthos*. Na *Retórica a Herênio*, ambos fazem parte da “invenção” (*inventio*), o ato de descobrir quais “coisas verdadeiras ou verossímeis” deixam a causa defendida provável. Essa ação é

⁷⁸ ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, I.1356a, p. 96.

⁷⁹ *Ibidem*, III. 1378a, p. 160.

⁸⁰ CÍCERO, M.T. *Do orador*. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: USP. Tese em Letras Clássicas, 2009, II.115-116, pp. 215-216.

⁸¹ *Ibidem*, II.121, p. 216.

⁸² *Ibidem*, II.176-178, p. 226.

⁸³ *Ibidem*, II.182, p. 227.

indispensável em todas as partes do discurso, inclusive no proêmio, construído segundo as quatro espécies de causa – honesta (*honestum*), torpe (*turpe*), dúbia (*dubium*) ou humilde (*humile*) – e encarregado de conduzir o público a uma “boa disposição de ânimo para nos ouvir”. O autor indica quais ânimos devem ser estimulados no proêmio para cada gênero de causa: se ela for dúbia, buscaremos conquistar a “benevolência”; caso for humilde, atrairemos a “atenção” da audiência; se for torpe, asseguraremos benevolência acusando os adversários; por fim, causas honestas apenas demandam uma introdução menos elaborada, mas caso o orador desejar, demonstrará a honestidade da causa e descreverá rapidamente a matéria. Proferir promessas sobre a grandeza da matéria também pode deixar o público atento⁸⁴.

Embora o autor desconhecido não empregue o termo grego *éthos*, encontramos similaridades entre ele e o tratamento da “*persona*” nesse manual. É possível “tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: baseados em nossa pessoa [*persona*], na de nossos adversários, na dos ouvintes”, ou seja, o caráter constitui-se uma fonte de benevolência. Provoca-se esse ânimo com base na própria *persona* “se louvarmos nosso ofício sem arrogância”, e apoiando-se no caráter do adversário levando o público “ao ódio, à indignação e ao desprezo”. A indignação é produzida quando anunciamos que os adversários agem menos em prol da verdade e mais por “intemperança, notoriedade, clientela, laços de hospitalidade, confraria, parentesco”⁸⁵. Tal benefício mútuo entre o *éthos* e o *páthos* representa um dos exemplos da inseparabilidade deles na tradição latina.

A *Instituição oratória* de Quintiliano é marcada por várias das características e preceitos já vistos nos três autores anteriores, especialmente os do mundo romano. A função do proêmio é deixar a disposição da audiência favorável, o que se alcança conduzindo-a a ânimos como “benevolência, atenção e docilidade”⁸⁶ ou sendo por ela “considerado um homem bom”, isto é, não motivado por favor e sim “por um grande e honesto motivo”⁸⁷. O autor também julga central incluir no proêmio suspeitas em relação ao crédito do adversário⁸⁸, prejudicando-o;

⁸⁴ Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*. Tradução de Adriana Seabra e Ana Paula Celestino Faria. São Paulo, Hedra, 2005, I.3-7, pp. 55-59.

⁸⁵ *Ibidem*, I.8, pp. 59-61.

⁸⁶ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*. Tradução de Bruno Fregni Basseto. Campinas: Unicamp, 2015, IV.I.5, Tomo II, p. 19.

⁸⁷ *Ibidem*, IV.I.7, Tomo II pp. 19-21.

⁸⁸ *Ibidem*, IV.I.11, Tomo II p. 21.

porém, diferentemente da *Retórica a Herênio*, ele considera perigoso gerar esse prejuízo inspirando ódio nos ouvintes, pois isso pode atrapalhar a conquista da benevolência⁸⁹. Apesar dessa mudança, na obra vê-se novamente o conselho para conquistar a atenção mediante um assunto “novo, grande, horrível e passível de se tornar exemplo”⁹⁰. O proêmio é o local apropriado a tais princípios porque “ainda não fomos aceitos”⁹¹, mas tanto nele quanto na conclusão deve-se atrair a si “a disposição de espírito do juiz e afastá-la do adversário”⁹².

Quintiliano ainda reproduz aquela aproximação entre *páthos* e *éthos* comum ao mundo romano, definindo-os enquanto duas categorias distintas de emoção. De acordo com ele, o primeiro traduz-se no latim por “*adfectus*” e indica paixões fortes e violentas impostas ao público; o outro carece de uma tradução adequada na língua latina, mas refere-se às comoções suaves, “brandas e contidas”, cujo fim é convencer⁹³. Persuadir pelo *éthos* “exige um orador cortês e de bom caráter. Essas qualidades o orador deve comprovar, (...) tendo-as ou fazendo crer que as tem. Desse modo, conseguirá muita vantagem nos processos, aos quais dará confiabilidade por sua benevolência”⁹⁴.

Embora esses autores divirjam entre si em certos pontos, a leitura deles permite a elaboração de um quadro geral da abordagem do *éthos* no saber retórico antigo. Os elementos mais relevantes são: convencer a audiência de que o orador é digno de crédito devido as suas qualidades favoráveis, enquanto fomenta a desaprovação do adversário pela suspeita de seu caráter; prender a atenção prometendo comentar assuntos grandiosos; realizar a manipulação das aparências somente pelo discurso ou com o auxílio da reputação prévia; vínculo entre *páthos* e *éthos*; utilidade do proêmio nesse esforço de conquistar a fé na sua autoridade. Tais preceitos auxiliaram a prática da escrita da história no mundo clássico e, posteriormente, no Renascimento.

Segundo John Marincola, em *Authority and tradition in ancient historiography*, o historiador antigo julgava fundamental levar o leitor a conferir autoridade e credibilidade ao seu relato e a ser considerado a pessoa apropriada para

⁸⁹ *Ibidem*, IV.I.44, Tomo II pp. 39-41.

⁹⁰ *Ibidem*, IV.I.33, Tomo II, p. 33.

⁹¹ *Ibidem*, IV.I.59, Tomo II p. 49.

⁹² *Ibidem*, VI.I.11, Tomo II, p. 413.

⁹³ *Ibidem*, VI.II.8-9, Tomo II, pp. 445-447.

⁹⁴ *Ibidem*, VI.II.18, Tomo II, p. 451.

relatar os eventos passados. Uma das estratégias mais adotadas pelos autores gregos e latinos consistia em configurar a percepção de seu caráter alegando dispor de qualificações ligadas a tópicos específicos, especialmente, experiência, esforço e “*fair-mindedness*”, o que abarca tanto imparcialidade quanto uma atitude generosa diante dos predecessores. O espaço mais comum – porém, não o único – de mobilização desse recurso era o próêmio, onde encontram-se vias explícitas e implícitas para reivindicar um *éthos* favorável⁹⁵. No artigo *Mecanismos de legitimidade e tradição na historiografia latina*, Juliana Bastos Marques aponta a importância, na tradição clássica, do historiador anunciar-se “como herdeiro digno de seu ou seus antecessores” a fim de garantir a legitimidade de sua pesquisa e narrativa. Portanto,

Se Heródoto – ou ainda mais, Homero – foi grande e cumpriu com maestria o seu intento, cada autor seguinte deverá alegar que sua obra é tão ou principalmente *mais* importante, grandiosa, completa, verdadeira e bem escrita para justificar sua autoridade. Muitas vezes o historiador chega a depreciar explicitamente seus antecessores para justificar sua escolha de tema e período e assim se impor⁹⁶.

Apesar de Maquiavel provavelmente não ter estudado grego⁹⁷, é central analisar a mobilização do *éthos* na *História da Guerra do Peloponeso*, porque várias das reivindicações e observações tucidideanas foram imitadas ou aludidas por historiadores do mundo romano. O autor afirma sua experiência na abertura da obra, quando diz *ver* as preparações de atenienses, espartanos e demais ao conflito militar⁹⁸, e no chamado “segundo prefácio”, pois, tendo *vivido* toda a guerra e sido condenado ao exílio, pôde familiarizar-se “com as atividades de ambos os lados”, “acompanhar melhor o curso dos acontecimentos” e “obter informações precisas”⁹⁹. Embora Marincola apenas reconheça o tópico da experiência nesta última passagem¹⁰⁰, percebe-se que Tucídides atribui-se uma visão – isto é, uma autópsia – imparcial, não limitada aos feitos de uma das partes. Em relação ao atributo da imparcialidade, Marincola interpreta que o historiador grego não indica possuí-lo,

⁹⁵ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, *op. cit.*, pp. 128-132.

⁹⁶ MARQUES, Juliana Bastos. *Mecanismos de legitimidade e tradição na historiografia latina*. *História Revista*, v. 13, n. 1, jan./jun. 2008, p. 142, grifo da autora.

⁹⁷ GILBERT, Allan. “Introduction”. In: MACHIAVELLI *The letters of Machiavelli: a selection*. The University of Chicago Press, 1988, p. 14.

⁹⁸ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mario da Gama Kury. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, I.1, p. 1.

⁹⁹ *Ibidem*, V.26, p. 313.

¹⁰⁰ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, *op. cit.*, p. 134.

mas sim ter superado o problema da parcialidade no trecho relativo as informações conflitantes¹⁰¹: “O empenho em apurar os fatos se constituiu numa *tarefa laboriosa*, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas *variavam de acordo com suas simpatias* por um lado ou pelo outro”¹⁰². Nesse excerto também é evidente a referência ao esforço do autor em suas investigações trabalhosas¹⁰³.

Os comentários tucidideanos mais relevante para este capítulo, no entanto, encontram-se em duas passagens que tratam da questão do crédito. De modo análogo à técnica retórica de levar o público a desaprovar o caráter dos adversários, Tucídides desmerece a credibilidade de seus antecessores, tanto dos poetas, “adornando e amplificando seus temas”, quanto dos logógrafos, cujas obras foram compostas “mais com a intenção de agradar aos ouvidos que de dizer a verdade”¹⁰⁴. Já no discurso fúnebre de Péricles, o autor, por intermédio do líder ateniense, defende uma forma de celebração dos mortos na guerra baseada em ações:

A mim, todavia, ter-me-ia parecido suficiente, tratando-se de homens que se mostraram valorosos em atos, *manifestar apenas com ato* as honras que lhes prestamos (...) *em vez de deixar o reconhecimento do valor de tantos homens na dependência do maior ou menor talento oratório de um só homem*. É realmente difícil falar com propriedade numa ocasião em que *não é possível aquilatar a credibilidade das palavras do orador*. O ouvinte bem informado e disposto favoravelmente pensará talvez que *não foi feita a devida justiça em face de seus próprios desejos e de seu conhecimento dos fatos, enquanto outro menos informado, ouvindo falar de um feito além de sua própria capacidade, será levado pela inveja a pensar em algum exagero*. De fato elogios a outras pessoas são toleráveis somente até onde cada um se julga capaz de realizar qualquer dos atos cuja menção está ouvindo; quando vão além disso, provocam a inveja, e com ela a *incredulidade*¹⁰⁵.

Aqui verifica-se um exemplo da preocupação com o reconhecimento da autoridade na historiografia clássica: os atos são a melhor forma de celebração porque o discurso pode ser visto como não verídico. Francisco Murari Pires identificou nessa oração o *topos* de um orador “desacreditado por seu público, quer acusado de errar por falta quer, pelo contrário, por excesso laudatório”¹⁰⁶, isto é,

¹⁰¹ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, op. cit., p. 164.

¹⁰² TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, op. cit., I.22, p. 14.

¹⁰³ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, op. cit., p. 148.

¹⁰⁴ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, op. cit., I.21, p. 14.

¹⁰⁵ *Ibidem*, II.35, p. 108, grifos meus.

¹⁰⁶ PIRES, Francisco Murari. “A retórica do método (Tucídides I.22 e II.35)”. *Revista de História*, 138, 1998, p. 14.

por elogiar insuficiente ou exageradamente. Em vez disso, na leitura de Marincola, esse trecho tucidideano é a raiz do lugar-comum, reproduzido por Salústio n’*A conjuração de Catilina*, das dificuldades estilísticas que demandam um enorme esforço literário no emprego de palavras apropriadas¹⁰⁷. De fato, no prefácio de sua monografia, o historiador de língua latina indica que:

embora seja absolutamente diversa a glória que acompanha o escritor e o realizador dos feitos, *parece-me sobremaneira árduo escrever as gestas*: primeiro, porque se devem *igualar feitos e ditos*; em seguida, porque a maioria considera os delitos que se censuram fruto de malevolência e *inveja*; quando se rememoram o grande valor e a glória dos homens de bem, cada qual recebe com indiferença o que julga fácil fazer, *o que está acima, toma por falso*¹⁰⁸.

O empenho em construir uma narrativa ajustada aos fatos representa um cuidado com a garantia da credibilidade, pois, se a adequação fracassar, o leitor talvez atribua inveja ou falsidade ao autor, cujo caráter será, conseqüentemente, desaprovado. Apesar da escrita da história ser uma tarefa laboriosa, Salústio, de maneira oposta a Péricles, prefere o discurso aos feitos devido ao cenário político de corrupção em Roma, no qual ele próprio, mesmo desprezando os vícios dos demais, agia ambiciosamente e atormentado “pela fama e pela inveja”¹⁰⁹. Assim, conforme aponta Marincola, entre o *negotium* (vida pública) e o *otium* (composição da história), aquele seria menos proveitoso ao bem comum¹¹⁰. Ao retirar-se ao ócio, o historiador romano “teve descanso das muitas misérias e perigos” e livrou-se das “expectativas, receios, facções da política”¹¹¹. Portanto, logo após negar vários atributos desfavoráveis – inveja, falsidade, ambição por fama, interesses privados, temor –, Salústio reivindica sua imparcialidade, resultado de seu distanciamento dos negócios públicos. Em sua obra também há a promessa de matéria grandiosa, o que cativa a atenção do público: “concisamente, descreverei a conjuração de Catilina da maneira mais verídica possível, pois considero sobremaneira memorável pela novidade do crime e do perigo”¹¹². O próprio ofício historiográfico é, inclusive, dotado de grandeza e glória.

¹⁰⁷ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, op. cit., p. 152.

¹⁰⁸ SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: Hedra, 2018, III.2, pp. 17-18.

¹⁰⁹ *Ibidem*, III.3-5, p. 18.

¹¹⁰ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, op. cit., p. 139.

¹¹¹ SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*, op. cit., IV.1-2, p. 19.

¹¹² *Ibidem*, IV.3-4, p. 19.

Na *História de Roma*, a prática de assegurar a aprovação da autoridade realiza-se de modo distinto dos casos anteriormente analisados. Tito Lívio confessa não saber

se valerá a pena relatar toda a história do povo romano a partir das origens da cidade. Não tenho muita certeza disso e mesmo se tivesse não ousaria afirmá-lo, pois vejo que a matéria além de antiga tem sido amplamente divulgada. Surgem a toda hora novos historiadores que se vangloriam, ou de contribuir no domínio dos fatos, com uma documentação mais precisa, ou de ultrapassar, com seu talento literário, a rudeza dos antigos. Seja como for, eu me sentiria feliz em dar minha contribuição pessoal para a celebração dos altos feitos do maior povo do mundo. E se, em meio a essa multidão de historiadores, meu nome permanecer na obscuridade, a excelência e a grandeza dos que me ultrapassarem me servirá de consolo.

(...) uma das recompensas que busco em meu trabalho é encontrar nele, pelo menos enquanto estiver escrevendo sobre a antiguidade, um esquecimento dos males que durante tantos anos afligiram nossa época¹¹³.

A obra teve seu prefácio inspirado no de Salústio: ambos desvalorizam a experiência política da República Romana tardia. Porém, diferente do autor d'*A conjuração de Catilina*, Tito Lívio recusa-se a afirmar a contribuição de sua narrativa, questiona a validade de seu esforço penoso e esconde suas qualificações, numa tentativa de evitar que o leitor as identifique. Ele usa uma técnica retórica para diminuir as expectativas do público¹¹⁴ porque, em realidade, sua pretensão era de ser reconhecido por seu talento estilístico¹¹⁵. Como ressalta Marques, os historiadores latinos definiam seus predecessores enquanto cânones cujas falhas não demandariam uma reformulação de toda a tradição. Porém, Lívio narra a história romana desde a origem até o presente em vez de “continuar mais ou menos do ponto onde seu antecessor parou”. Esse plano ambicioso contrasta com o caráter humilde do autor ao consolar-se com seu anonimato; essa humildade “é uma pista falsa”, pois “o propósito mesmo de reescrever a história romana” a contradiz. Trata-se de “uma fórmula retórica, amplamente conhecida no mundo latino, de cativar a audiência e estabelecer a autoridade dos argumentos quando o autor se diz inferior e mais incapaz do que os outros, e na verdade, ao escrever, prova justamente o

¹¹³ LÍVIO, Tito. *História de Roma*. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989, prefácio, p. 17, grifos meus.

¹¹⁴ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, op. cit., pp. 140-141.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 156.

contrário”. Na leitura de Marques¹¹⁶, tal fórmula é, inclusive, mencionada por Cícero¹¹⁷. A autoridade de Lívio, entretanto, não advém exclusivamente de sua humildade, mas igualmente de sua capacidade de superar a tradição estilisticamente.

Cornélio Tácito, nascido em 56 d.C. e morto depois de 117 d.C., apresenta uma preocupação com a aprovação da autoridade no próêmio dos *Anais*, composto para ser uma reescrita dos principados de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, porque os relatos contemporâneos de tais imperadores falsificaram seus feitos por “temor”, enquanto as narrativas elaboradas logo após suas quedas foram marcadas por “ódio”. Na época de Augusto havia historiadores talentosos, mas nos reinados seguintes eles foram substituídos pela “adulação”. Portanto, ao contrário de seus antecessores, o autor produziu sua obra “sem raiva ou parcialidade”¹¹⁸.

Tácito, ao referir-se aos talentos no tempo do primeiro imperador romano, provavelmente considerava-se continuador de Tito Lívio¹¹⁹, e preocupou-se em mostrar a decadência historiográfica entre ambos. Ele, seguindo Salústio, atribui a dificuldade da história a um espírito de imparcialidade e de independência em relação a interesses políticos¹²⁰; estes são os fundamentos de sua credibilidade, somando-se a ausência de paixões específicas que lhe afastariam da verdade – medo, ódio e raiva. A noção de parcialidade também aparece num evento no qual interpretações variaram de acordo com as inclinações dos personagens¹²¹, e a rejeição tacitiana à adulação encontra-se numa passagem em que o autor acusa o Senado de adulação e retrata esse atributo enquanto uma consequência (“*remedy*”)

¹¹⁶ MARQUES, Juliana Bastos. *Mecanismos de legitimidade e tradição na historiografia latina*, op. cit., pp. 143-145.

¹¹⁷ O seguinte trecho mostra que no mundo romano era comum o recurso a colocar-se numa posição de humildade: “De fato, estabelecido aquilo que Crasso disse no início daquele discurso que, como censor, pronunciou contra seu colega: no que a natureza ou a fortuna concederam aos homens, *podia suportar tranquilamente ser superado*”. CÍCERO, M. T. *Do orador*, op. cit., II. 45, p. 203, grifos meus.

¹¹⁸ Traduzido do inglês: “and to tell of Augustus’ times there was no dearth of deserving talents, until they were deterred by sycophancy. The affairs of Tiberius and Gaius, as of Claudius and Nero, were falsified through dread while the men themselves flourished, and composed with hatred fresh after their fall. Hence my plan is the transmission of a mere few things about Augustus and of his final period, then of Tiberius’ principate and the remainder – without anger and partiality, any reasons for which I keep at a distance”. TACITUS. *The Annals*. Tradução de A.J Woodman. Indianópolis/Cambridge: Hackett, 2004, I.1.2-3, p. 1.

¹¹⁹ MARQUES, Juliana Bastos. *Mecanismos de legitimidade e tradição na historiografia latina*, op. cit., pp. 145-146.

¹²⁰ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, op. cit., p. 167.

¹²¹ TACITUS. *The Annals*, op. cit., II.73.4, p. 76.

do temor¹²². A respeito deste trecho, Momigliano entende-o como manifestação do objetivo de Tácito de “desmascarar” a corrupção e a “*adulatio*” no Império Romano, concentradas especialmente “na corte imperial por si só e nos senadores”¹²³.

Como se deve escrever a história do sírio Luciano de Samósata é um tratado essencial à compreensão das qualificações e atributos esperados de um historiador na Antiguidade. Segundo ele, os elogios somente podem ser prazerosos ao alvo deles, porém, desagradam aos outros, principalmente se forem exagerados, “buscando benevolência”. Em vez disso, é necessário dissimular a lisonja, pois elogios “fora de medida” não geram prazer ou conquistam a benevolência desejada, então, são afastados como evidente adulação¹²⁴. O autor lista diversas características de um historiador verdadeiro: liberdade; franqueza; “nada bajulador e nada servil”¹²⁵; “experiência de comando”; sem temor e sem ambição de receber recompensas por seus elogios; alguém que privilegia “o interesse público” e que “não omita nada por ódio ou por amizade”. O sírio considera a historiografia uma tarefa “grande e difícil” por essas exigências, e porque demanda “inteligência política” – um talento natural – e “capacidade de expressão” – desenvolvida mediante “exercício, trabalho contínuo e emulação com os antigos”¹²⁶–, uma qualidade que Marincola associa ao *topos* do esforço estilístico. Em sua leitura, percebemos tal tópico em outra passagem de Luciano, na qual o esforço advém não do trabalho artístico, mas da investigação¹²⁷: “Quanto aos próprios fatos, (...) é preciso, *ao preço de mil penas e sofrimentos*, comprová-los e (...) Caso isso não seja possível, deve-se confiar em quem os expõe com mais integridade” e menos “compaixão ou hostilidade”¹²⁸.

Em Luciano e nos historiadores analisados encontram-se os tópicos que, conforme indica Marincola, frequentemente eram vinculados às reivindicações de autoridade na Antiguidade: experiência, esforço e imparcialidade. Entretanto, outras qualificações eram igualmente fundamentais, como liberdade, honestidade,

¹²² *Ibidem*, IV.74.1, p. 159.

¹²³ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: UNESP, 2019, p. 185.

¹²⁴ LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, 11-13, pp. 43-45.

¹²⁵ *Ibidem*, 61, p. 83.

¹²⁶ *Ibidem*, 34-41, pp. 65-71.

¹²⁷ MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, *op. cit.*, p. 156.

¹²⁸ LUCIANO. *Como se deve escrever a história*, *op. cit.*, 47, p. 75, grifos meus.

humildade, a capacidade ou disposição de elogiar na medida correta e a ausência de emoções ou atributos indignos de crédito; entre eles, destacam-se inveja, raiva, medo, ódio, ambição, adulação, falsidade e tendenciosidade. Na historiografia clássica, estas características negativas às vezes opõem-se à imparcialidade¹²⁹, e, em muitos casos, o esforço é resultado de dificuldades inerentes à escrita da história, principalmente a possibilidade de o leitor não reconhecer a credibilidade da narrativa. A preocupação em ter seu caráter aprovado pelo público é compartilhada por Tucídides, Salústio, Tito Lívio, Tácito e seguirá constante no Renascimento.

2.3 O *éthos* no Renascimento

A Florença renascentista foi o “o primeiro centro intelectual e político a reagir” às obras de Tácito, escritor romano lido por Poggio Bracciolini e Leonardo Bruni de Arezzo¹³⁰, que também apreciava Cícero¹³¹, Tucídides, Salústio, e Tito Lívio. O humanista aretino iniciou a produção da *História do povo Florentino* na transição de 1414 a 1415. Até 1439 ele já havia entregado nove volumes à *Signoria* de Florença, porém, morreu em 1444 com o décimo-segundo não concluído¹³². Nessa obra, composta em latim, ele mimetizou o “*Proemium Auctoris*” da tradição clássica, “convencionalmente” expondo seus princípios historiográficos¹³³ e apontando a grandeza e a utilidade pública das ações florentinas como os motivos para ter inicialmente se decidido a elaborar sua narrativa¹³⁴. De acordo com o autor, alguns homens permaneceram no “silêncio” e na “ociosidade” ao invés de salvarem do “esquecimento” (“*oblivione*”) os feitos passados em decorrência de dois fatores: ou por carência de habilidade ou por escolherem envolver-se com gêneros menos exigentes, preferindo manter seu “conforto” e sua “reputação” em face das dificuldades do “trabalho pesado” do historiador, “*periculosum*” de prometer e “*difficile*” de concretizar. Tais limitações e fardos levaram Bruni a hesitar em seguir

¹²⁹ Também encontramos uma crítica à parcialidade em Cícero: uma das leis da história é não “haver suspeita de favorecimento na escrita”. CÍCERO, M.T. *Do orador*, *op. cit.*, II, 62, p. 206.

¹³⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*, *op. cit.*, pp. 189-190.

¹³¹ PIRES, Francisco Murari. *Leonardo Bruni e Tucídides: história e retórica*. Vitória da Conquista: POLITEIA: Hist. e Soc., v. 6, n. 1, 2006, p. 65.

¹³² *Ibidem*, pp. 57-59.

¹³³ *Ibidem*, p. 73.

¹³⁴ BRUNI, Leonardo. *History of Florentine people*. Vol. 1: books I-IV, *op. cit.*, Proêmio. 1, p. 3.

com seu plano, entretanto, acreditou que, por agir em “*boni causa*”, Deus favoreceria o êxito de sua iniciativa, auxiliando no “trabalho árduo e no esforço”¹³⁵.

O humanista, na interpretação de Murari Pires, em vez de explicar os princípios metodológicos da narrativa, apresenta o ofício historiográfico enquanto um desafio reservado apenas a “homens excepcionais”, tendo em vista seus requisitos. Portanto, Bruni opera com uma “retórica heroicizante”, destacando as dificuldades da composição histórica ao mesmo tempo que constrói a “figuração de sua excelência heroica”. Deste modo, o proêmio assume a função de “representação enunciativa do sujeito da obra”, retratado “em termos de um dom ou graça divina”¹³⁶. A demanda relativa ao caráter heroico do historiador remete ao tópico salustiano da glória conquistada pelo discurso, pois, para o aretino, um autor deve estar à altura do empreendimento grandioso que é a escrita da história, e ele atribui-se essa competência, de onde procede sua autoridade.

Similarmente a Bruni, Pontano lamenta no *Actius* que os homens mais notáveis de seu tempo ignoraram ou temeram o gênero histórico¹³⁷, e, de modo semelhante a Luciano, lista certos traços específicos de um historiador ideal: caráter de um juiz capaz de equilibrar-se justamente entre o louvor e a censura; e rejeição à parcialidade, à animosidade, ao ódio e à espera por recompensas – todos obstáculos à verdade. Em algumas passagens, o humanista também comenta questões ligadas à construção do *éthos*, ensinando como o escritor de história pode conquistar a aprovação do público. Por exemplo, àqueles interessados em atrair

¹³⁵ “Having weighed all these matters long and carefully, I came to feel that, on the whole, any plan for writing was better than silence and idleness. In starting to write, therefore, I have been aware of my own limitations and of the burdens of my task. But I hope that God will favor my enterprise and make it turn out well, since I am acting in a good cause [*boni causa*]. For if my abilities are not equal to the undertaking, He will nevertheless aid hard work and effort. Would that the men of earlier times, whatever the extent of their learning and eloquence, had recorded the events of their own day, instead of letting them pass by in silence! For it I am not mistaken, the special duty of scholars has ever been to celebrate the deeds of their own time and so to rescue them the oblivion [*oblivione*] the power of fate – indeed, to render them allowed and immortal. Yet I suppose that each man had his reasons for remaining silent. Some shrank from heavy labor; some lack the ability; some applied themselves to other genres of writing. It is not hard, with some effort, to write a slim volume or a letter. History, however, requires at once a long and connected narrative, causal explanation of each particular event, and public expression of ones judgment about every issue. With the unending burden of the task overwhelming the pen, a history is as dangerous [*periculosum*] a thing to promise as it is hard [*difficile*] to perform. Thus, while everyone has pursued his personal comfort or considered his reputation, the public good has been neglected and the memory of remarkable men and heroic actions has been almost wholly lost”. *Ibidem*, Proêmio. 2, pp. 3-5.

¹³⁶ PIRES, Francisco Murari. *Leonardo Bruni e Tucídides: história e retórica*, op. cit., pp. 75-76.

¹³⁷ PONTANO. *Dialogues: volume 2 (Actius)*, op. cit., 62, p. 197.

reputação sugere agir discreta e modestamente¹³⁸ e esforçar-se por imitar os autores gregos e latinos¹³⁹.

2.3 O *éthos* em Maquiavel

Em 1498, Nicolau Maquiavel ingressou no cargo de secretário da Segunda Chancelaria da República florentina. Eleito com vinte e nove anos, era frequentemente enviado a missões de negociação doméstica ou internacional, incluindo viagens à corte papal (duas), uma a Forlì (1499) e algumas a França (no ano seguinte e mais três vezes até 1513). Em tais serviços, pôde visitar diversas figuras conhecidas do quadro político da época, com destaque a Catarina Sforza – senhora de Forlì –, a César Bórgia, ao imperador Maximiliano I e ao papa Júlio II. Gilbert indica que Maquiavel, refletindo sobre suas experiências no exterior, desenvolveu um conjunto de conselhos práticos para o papel de embaixador, enfatizando, por exemplo, a centralidade da reputação para garantir a atenção do ouvinte e a necessidade de mostrar, em sua conduta, a própria capacidade, honestidade, liberalidade e, principalmente, credibilidade. Certos homens, apesar de prudentes, não eram confiáveis, o que levou príncipes a suspenderem negociações¹⁴⁰. Sendo assim, durante esta função de secretário, o florentino provavelmente já se familiarizou com o cuidado de garantir a aprovação do seu caráter, mas não se pode desconsiderar sua educação retórica, fundada em *De oratore*, na *Retórica a Herênio*, textos de que dispunha em casa, e em Quintiliano¹⁴¹.

Logo após o fim de seu cargo na Segunda Chancelaria, consequência direta da tomada do poder florentino pela família Medici¹⁴², Maquiavel iniciou a produção d’*O príncipe*, dedicado a Lorenzo II de Medici. Na passagem inaugural do tratado são evidentes o contato maquiaveliano com as técnicas retóricas de promover o

¹³⁸ *Ibidem*, 73, pp. 245-247.

¹³⁹ *Ibidem*, 86, p. 309.

¹⁴⁰ GILBERT, Allan. “Introduction”. In: *The letters of Machiavelli: a selection, op. cit.*, pp. 19-22.

¹⁴¹ VIROLI, Maurizio. “The power of words”. In: *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp. 73-76.

¹⁴² Segundo Daniel Kapust, o novo governo banuiu Maquiavel do território florentino por um ano, torturou-o e aprisionou-o por causa da conspiração realizada por Capponi e Boscoli. Desde então, os Medici provavelmente desenvolveram uma suspeita em relação ao secretário. KAPUST, DANIEL J. “Without superfluous Ornament”: Castiglione, Machiavelli and the performance of counsel”. *Flattery and the history of political thought: that glib and oily art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 89.

reconhecimento da autoridade e sua consciência a respeito da utilidade da introdução enquanto um espaço apropriado à mobilização do *éthos*¹⁴³. Embora o autor julgue sua obra “*indigna de ser apresentada*”, confia no aceite de Lorenzo II “*graças à sua humanidade*”. O secretário, “*homem de baixa e ínfima condição*”, pretende “*conquistar as graças*” do governante e lhe mostrar “*algum testemunho de (...) servidão*”, portanto, oferece conhecimentos adquiridos por meio de “*uma longa experiência das coisas modernas e de uma contínua leitura das antigas*”. A “*variedade da matéria e a gravidade do sujeito*” tornam agradável o tratado, cujo saber disponibilizado foi objeto de reflexão “*por muito tempo*” e “*custou tantos anos e tantos desconfortos e perigos para conhecer e compreender*”. O autor termina a dedicatória com um pedido: “*E, se Vossa Magnificência, do ápice de sua altura, voltar alguma vez os olhos para esses baixos lugares, verá quão imerecidamente tenho suportado uma grande e contínua maldade da fortuna*”¹⁴⁴.

Na abertura de *O príncipe* percebe-se o emprego dos recursos sugeridos pela *Retórica a Herênio* para ganhar a benevolência mediante referências à *persona* do público e de realizar promessas relativas ao assunto. Maquiavel, além de inferiorizar a si mesmo – um servo do príncipe – e sua composição, atribuindo-se implicitamente uma humildade, reivindica tópicos vinculados às noções de experiência e esforço. Somada a outras, duas dessas qualidades também se encontram na introdução dos *Discursos*, uma publicação posterior (1531), porém, escrita simultaneamente a *O príncipe*, entre 1513 e 1521:

Embora os homens, por natureza invejosos, tenham tornado o descobrimento de novos métodos e sistemas tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos – pois se inclinam por essência mais à crítica do que ao elogio –, tomei a decisão de seguir uma sena não trilhada, movido pelo natural desejo que sempre me levou sem receios aos empreendimentos que considero úteis.

Se vier a encontrar dificuldades e aborrecimentos, espero colher também recompensa na aprovação dos que lançarem um olhar benevolente aos objetivos deste esforço. E se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do meu espírito, à insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado

¹⁴³ Segundo Viroli, Maquiavel utilizou esta carta-Dedicatória a Lorenzo de Medici como um *exordium* cujo *design* serve para deixar o leitor atento e bem-disposto; pode-se considerar tal finalidade delicada, pois o florentino precisava desconstruir toda a pré-disposição negativa que os Medici tinham dele, não apenas por ser suspeito de se envolver numa conspiração, mas também devido a seu baixo *status* social. VIROLI, Maurizio. “The power of words”, *op. cit.*, pp. 77-78.

¹⁴⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 3-4.

de maior vigor, eloquência e discernimento, possa alcançar a meta. Enfim, se este trabalho não me der a glória, também não me servirá de condenação.

Há mais um caso, na introdução, no qual o autor enfatiza seu adentro em “uma empresa difícil”¹⁴⁵. Apesar da possibilidade de se deparar com adversidades em seu trabalho, ele não desistirá, porque sua motivação apoia-se menos na inveja ou em temores e mais na difusão de saberes úteis. O florentino constrói uma *persona* humilde de modo análogo a Tito Lívio, duvidando de suas qualificações – carência de experiência, conhecimento e eloquência – e da validade de seus esforços, porém, consolando-se pela glória dos que lhe ultrapassarem. Ademais, aproximando-se de Bruni e divergindo de Salústio – cujo ócio equivale à fuga de uma situação perigosa –, Maquiavel anuncia enfrentar perigos devido ao conteúdo crítico dos *Discursos*. Entretanto, a noção de perigo é retomada no capítulo em que o secretário trata dos riscos de demissão ou morte enfrentados por conselheiros caso as ações provocadas por suas recomendações não obtenham êxito¹⁴⁶.

A *História de Florença* (1521-1525) segue a regra preceituada pelos mestres retóricos latinos, cumprida pela historiografia antiga e por Bruni, de servir-se da introdução para tentar inspirar no público a impressão da narrativa ser digna de crédito. Assim, Maquiavel retoma parte dos temas levantados em seus dois textos políticos já analisados, articulando-os a reivindicações emprestadas da tradição clássica e humanista. Um trecho que desempenha a função de tornar a audiência favorável é a frase inicial da Dedicatória ao papa Clemente VII: o autor indica ter elaborado seu relato com “arte” adquirida “*pela natureza e pela experiência*”¹⁴⁷, uma marca de sua *persona*.

Entretanto, uma das passagens mais centrais à construção do *éthos* é a crítica maquiaveliana aos predecessores: as obras deles foram lidas “*a fim de que, imitando-os, nossa história recebesse melhor aprovação dos leitores*”, mas, eles concederam pouca atenção aos conflitos internos, ou por menosprezarem a grandeza destes eventos ou por temerem desagradar os descendentes dos sujeitos censurados¹⁴⁸. Maquiavel rejeita a abordagem breve da discórdia civil, porém, não

¹⁴⁵ *Idem. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Ed. UnB, 1994, I. Introdução, p. 17-18.

¹⁴⁶ A solução maquiaveliana para evitar perigos é aconselhar de forma moderada, defendendo a própria opinião sem empenhos ou excessos, para “que se o Estado e o príncipe a seguirem, o façam voluntariamente, e não arrastados pela pressão de quem aconselha”. *Ibidem*, III. 35, pp. 405-406.

¹⁴⁷ *Idem. História de Florença, op. cit.*, Dedicatória, p. 3, grifos meus.

¹⁴⁸ *Ibidem*, Proêmio, pp. 7-8, grifos meus.

levanta suspeitas relativas à credibilidade de Bruni e de Poggio; trata-se apenas de um modo de realçar a sua autoridade e de legitimar a nova versão da história de Florença. Entretanto, como aponta Patrícia Aranovich, a alegação de omissões por medo da ofensa não nos remete a Bruni, cuja produção fora realizada independentemente e “em um regime republicano”, mas à condição do secretário sob o principado e o patronato dos Medici. A *História de Florença* foi a única composição do escritor fruto de encomenda em vez de uma escolha. Por isso, Aranovich conclui que Maquiavel, no Proêmio, referia-se à própria situação¹⁴⁹. Além dessa alusão a um cenário perigoso, é evidente a preocupação dele em garantir que a família Medici, principalmente o papa Clemente VII, aprove seu caráter. Outros trechos referentes à apresentação da *persona* do historiador encontram-se na Dedicatória. No primeiro, o autor manifesta seu empenho “em, não maculando a verdade, satisfazer a todos”, embora considere “impossível deixar de ofender”. A seguir, o segundo:

E, visto que V.B. Santíssima me impôs particularmente e mandou que escrevesse com justeza sobre as coisas feitas pelos Seus antepassados, para que todos vissem que *fuijo à adulação* (porque, assim como *Lhe agrada ouvir louvores verazes, também Lhe desagrada ouvir os falsos, com o fito de obter favores*), receio que, ao descrever a bondade de Giovanni, a sabedoria de Cosimo, a humanidade de Piero e a magnificência e prudência de Lorenzo, possa parecer a V.B que desobedeci às Suas determinações. E já *me escuso, se quaisquer dessas descrições Lhe desagradarem, por pouco fiéis*, porque, tendo eu encontrado cheia de louvores as memórias daqueles que em vários tempos as descreveram, era-me mister descrevê-las tais quais as encontrei ou então calar, *qual um invejoso*. E se, detrás de tais obras egrégias, estava oculta alguma ambição contrária à utilidade comum, como dizem alguns, eu, que não a conheço, não sou obrigado a descrevê-la; porque em todas as minhas narrações nunca quis encobrir obra desonesta com honestas razões, nem obscurecer obra louvável, dizendo-o feita para um fim contrário¹⁵⁰.

Percebe-se aquele *topos* presente no discurso fúnebre de Péricles, e apontado por Murari Pires, de um orador desacreditado por glorificar mais ou menos que o necessário. Maquiavel nega ser um adulator – alguém que tece louvores falsos e exagerados em busca de recompensas – ou um invejoso – quem elogia feitos virtuosos insuficientemente –, pois estes atributos negativos podem corresponder às impressões pelas quais o público tem da obra em decorrência de sua atitude laudatória acerca dos Medici do passado. A adulação e a inveja

¹⁴⁹ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, op. cit., pp. 148-154.

¹⁵⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., Dedicatória, p. 4-5, grifos meus.

desagradam por causa da mentira, então, pretendendo deleitar, o secretário procura honrar os personagens adequadamente; no entanto, se desculpa devido à possibilidade da sua narrativa não concordar com os fatos. Essa possível carência de justiça, segundo o autor, seria fruto não de inveja ou adulação, mas de uma leitura imprecisa das “memórias”, de um erro interpretativo: julgar que os Medici quatrocentistas agiam em prol da utilidade comum ao invés de interesses privados. Ou seja, aqui, Maquiavel não descarta a chance dessa família ser ambiciosa.

O secretário opera com o *éthos* não apenas na Dedicatória d’*O príncipe*, mas também no capítulo XV, intitulado “Das coisas pelas quais os homens, e especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados”. Maquiavel indica que, “quando se fala dos homens, e sobretudo dos príncipes, por estarem em posição mais elevada, eles se fazem *notar* por certas qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor”¹⁵¹. De acordo com Helton Adverse, o termo originalmente empregado é “*notati*”, um derivado do verbo “*notare*” que “deve ser compreendido em seu sentido latino: (...) marcar o nome de um culpado com uma nota que recorda sua infâmia, sua culpa”¹⁵². Este é o correspondente italiano de uma técnica retórica próxima ao *éthos*¹⁵³, definida na *Retórica a Herênio* assim: “A *notação* [*notatio*] é a descrição da natureza de alguém pelos sinais distintivos que, como marcas, são atributos daquela natureza”. Entre as caracterizações da *notação* incluem-se “um invejoso, um soberbo, um cobiçoso, um adulator”¹⁵⁴. No Proêmio da *História de Florença*, Maquiavel procura evitar a marca da adulação.

Como foi exposto, nos *Anais* encontramos uma reivindicação da ausência da adulação. Maquiavel provavelmente leu tal obra, pois, numa passagem sobre a fundação de Florença, ele utiliza Cornélio Tácito como testemunho dos nomes originais dos florentinos e de sua pátria: respectivamente, “*florentini*” e

¹⁵¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, *op. cit.*, XV, pp. 75-76, grifos meus.

¹⁵² Adverse investiga o uso maquiaveliano do *éthos* a partir de um ângulo diferente do adotado nesta monografia: a utilidade política da aparência que o príncipe constrói de si. De acordo com o autor, “a conservação do principado é ameaçada quando vitupério e provação são constantemente dirigidos ao príncipe, seja pública ou privadamente. As censuras que lhe são endereçadas evidenciam a derrocada da imagem”. Portanto, “o príncipe deve cuidar para que a marca que lhe seja impressa lhe proporcione louvor ou admiração”. ADSERVE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, *op. cit.*, pp. 62-68. Para uma análise d’*O príncipe* a partir dos comentários ciceronianos sobre o *éthos* no *Do orador*, ver KAPUST, Daniel J. *Acting the princely style: ethos and pathos in Cicero’s On the Ideal Orator* and Machiavelli’s *The Prince*. *Political Studies*, v. 58, pp. 590-608, 2010.

¹⁵³ Marincola também percebeu a similaridade entre *éthos* e *notatio*. MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*, *op. cit.*, p. 130.

¹⁵⁴ Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*. *op. cit.*, IV.63-65, pp. 299-303, grifos do autor.

“*Florenzia*”¹⁵⁵. A menção tacitiana a estes nomes encontra-se no mesmo Livro que o Proêmio da obra¹⁵⁶. Outra fonte de Maquiavel adversa à adulação é Bruni, que retrata-a na corte imperial romana como resultado do declínio da liberdade¹⁵⁷. A adulação era um conceito caro, inclusive, aos escritores renascentistas do gênero “espelho de príncipes”, pois consideravam-na um problema político nas cortes repletas de homens almejando agradar figuras poderosas. Apesar de aconselharem os príncipes acerca do perigo dos adutores, tais humanistas esforçavam-se para conquistar a disposição favorável do público e enfatizavam suas próprias qualificações. De acordo com Daniel Kapust, esse cuidado é compreensível devido às desigualdades de *status*, poder e riqueza entre o autor e seus leitores¹⁵⁸. *O príncipe* de Maquiavel pertence a esse gênero¹⁵⁹ e fornece um capítulo (XXIII) inteiro ao tema “Como evitar os adutores”. Segundo o secretário, a única solução é fazer “os homens entender[em] que não te ofendem ao dizer a verdade. Se, porém, todos a puderem dizer, te faltarão ao respeito”. Sendo assim, deve-se apenas conceder a “homens sábios” o acesso “para lhes dizer a verdade, e apenas sobre coisas que o príncipe lhes perguntar”. Além disso, é necessário o governante, diante dos conselhos “e a cada um de seus conselheiros, portar-se de tal modo que todos saibam que, quanto mais livremente se expressarem, tanto mais lhes será o príncipe agradecido”¹⁶⁰. Novamente se observa uma descrição da adulação enquanto produto da carência de liberdade.

Enquanto n'*O Príncipe* a adulação está associada ao conselho, na *História de Florença* o autor a vincula ao elogio. A precaução do secretário em evitar a reputação de adutor é evidente na Dedicatória desta composição historiográfica, onde ele indica fugir

¹⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., II.2, pp. 78-79.

¹⁵⁶ TACITUS. *The Annals*, op. cit., I.79.1-2, p. 40.

¹⁵⁷ “For liberty [*libertas*] gave way before the imperial name, and when liberty departed, so did virtue. Before the day of the Caesars, high character was the route to honor, and positions such as consul, dictator, or other high public offices were open to men who had excelled others with their magnanimous spirit, strength of character, and energy. But as soon as the commonwealth fell into the power of one man, high character and magnanimity became suspect in the eyes of rulers. Only those were acceptable to the emperors who lacked the mental vigor to care about liberty. *The imperial court thus opened its gates to the lazy rather than the strong, to flatterers [adulatores] rather than to the industrious*”. BRUNI, Leonardo. *History of Florentine people*, op. cit., I.38, p. 51, grifos meus.

¹⁵⁸ KAPUST, Daniel J. “Without ‘Superfluous Ornament’: Castiglione, Machiavelli and the performance of counsel”, op. cit., pp. 73-74.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 80.

¹⁶⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*, op. cit., XXIII, p. 113.

*de adulações em todas as partes de minha história, sobretudo nos discursos e nas considerações privadas, descritos de modo direto ou indireto, que mantêm sem restrições, nas frases e na ordem, o decoro do humor da pessoa que fala. Evito, em todos os lugares, as palavras odiosas, pouco necessárias à dignidade e à verdade da história. Portanto, ninguém que considere corretamente os meus escritos poderá tachar-me de adulator*¹⁶¹.

Portanto, podemos concluir que a crítica maquiaveliana a seus antecessores no Proêmio, articulada a algumas passagens da Dedicatória, exerce uma função que advém da historiografia antiga: conquistar a benevolência do leitor e garantir a aprovação da autoridade do historiador, principalmente mediante, entre outras ferramentas retóricas, a apresentação de um *éthos* favorável. Maquiavel atribui-se um caráter baseando-se na própria situação perigosa diante dos Medici, provavelmente o público-alvo mais relevante na moldagem de suas reivindicações. Essa preocupação remete às discussões dos mestres de retórica antiga relativos à reputação. Durante seu cargo na Segunda Chancelaria, o secretário aproveitou-se do aviso ciceroniano sobre a centralidade de sua imagem prévia ao discurso, porém, na *História de Florença*, sua *persona* apenas poderia ser forjada discursivamente, ainda que em diálogo com sua relação tensa com o papa Clemente VII e sua família. Neste capítulo retomei alguns conceitos discutidos anteriormente, principalmente os pares opostos deleite-desagrado e elogio-condenação, pois se conectam com as reivindicações do autor. Maquiavel representa-se enquanto um historiador dotado de *talento artístico* e que, *sem medo* de ofender com suas censuras, *privilegia a verdade* ao prazer, embora também teça louvores na medida certa, isto é, não insuficientes (por *inveja*) ou exagerados (por *adulação*).

¹⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença, op. cit.*, Dedicatória p. 5.

3. Os discursos na *História de Florença*: as funções das palavras dos personagens históricos

Até este ponto da monografia investiguei por diferentes ângulos as críticas de Maquiavel ao modo pelo qual seus predecessores relataram a história de Florença. Particularmente no capítulo anterior, defendi que nas articulações entre o Proêmio e a Dedicatória ele reproduz uma prática recorrente entre historiadores antigos: garantir a aprovação de sua autoridade mediante a técnica retórica do *éthos*. A especificidade da mobilização maquiaveliana deste recurso é a sua conexão com a conjuntura tensa do secretário sob o principado e o patronato dos Medici; conjuntura esta na qual a preocupação em afastar qualquer reputação prévia que essa família atribui ao autor inspira-o a construir seu caráter com base nas expectativas desse leitor chave. O secretário assegura ao público sua veracidade apresentando-se enquanto um escritor que censura sem temer ofender e distribui elogios adequados, nem abaixo e nem acima da medida. Não é por acaso que as principais qualidades reivindicadas se conectam a elementos do gênero epidíctico. No final do primeiro capítulo cheguei na conclusão de que a *História de Florença*, ao contrário da *História do povo florentino* bruniana – cujo fio condutor é a liberdade de Florença –, enfatiza o elemento epidíctico da censura ao invés do encômio, pois o objeto de crítica mais relevante de sua narrativa são as discórdias civis produzidas pelo facciosismo. Apesar disso, o secretário não se priva de distribuir louvores ao longo da obra, inclusive aos Medici. São por essas razões que a alegação de não ser um adulator – quem elogia exageradamente com o interesse de receber favores – é tão central para o desenho de uma *persona* favorável aos olhos dessa família.

Conforme exposto no capítulo anterior, Maquiavel anuncia na Dedicatória que evita adulações “sobretudo nos discursos e nas considerações privadas, descritos de modo direto ou indireto”¹⁶². Portanto, é essencial desenvolver uma análise das falas colocadas na boca dos personagens históricos – prática comum na historiografia antiga –, com maior atenção àquelas pronunciadas no período de ascensão e consolidação do poder dos Medici (Livros IV-VIII). O objetivo é identificar, especialmente, as funções que tais orações exercem na narrativa como um todo e no cenário específico da elocução, e, em segundo lugar, os preceitos

¹⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., Dedicatória p. 5.

retóricos empregados na construção deles. Parto da hipótese de que o autor se aproveita destas passagens para aplicar os elementos dos gêneros deliberativo e epidíctico e fundamentar seu *éthos* não adulator; ou seja, as orações servem, entre outros papéis secundários, como porta-vozes de censuras e elogios, além de ensinamentos relativos ao funcionamento e à manutenção do facciosismo na vida florentina. É importante lembrar que, conforme o secretário implicitamente indica no Proêmio, há a possibilidade de sua descrição dos Medici quatrocentistas ser imprecisa. Segundo ele, caso aconteça, não seria por causa de inveja ou adulação, mas sim devido a uma interpretação equivocada das fontes, por não reconhecer motivações ambiciosas em seus atos. Demonstrarei que, nas elocuções da *História de Florença*, Maquiavel deixa claro o seu próprio erro interpretativo evidenciando os interesses privados dessa família e seus consequentes prejuízos à liberdade republicana. Para a compreensão das orações na obra maquiaveliana é necessário, antes, investigar suas raízes na retórica e na historiografia antiga.

3.1 Os discursos na historiografia antiga

De acordo com Marincola, a forte conexão entre o historiador e o orador no mundo clássico é resultado da grande importância das elocuções nas sociedades romana e grega, dominadas pela cultura oral. A palavra era, depois das conquistas militares, a via mais segura para o alcance do sucesso e do renome público. A retórica é a base da educação clássica, então, mediante os estudos sistemáticos deste saber, ela providenciava guias práticos aos ingressantes na política e ferramentas para produções literárias. Sendo assim, apesar de algumas críticas de ordem estética, não surpreende que as obras históricas na Antiguidade fossem repletas de discursos. Em suas narrativas, tanto os historiadores que já frequentemente produziam orações – como Tucídides, Políbio, Salústio e Tácito – quanto aqueles sem carreira política transformavam-se em oradores, pois mesmos os inexperientes, enquanto membros da cidade-estado, ouviam ou se envolviam em discussões¹⁶³. Entre os vários tipos de elocuções encontradas na historiografia antiga, destacam-se os debates públicos de grande-escala¹⁶⁴; neste caso, os autores regularmente

¹⁶³ MARINCOLA, John. “Speeches in Classical Historiography”. In: MARINCOLA, John (ed.). *A companion to Greek and roman historiography*: volume I. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007, pp. 118-119.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 118.

apresentavam dois (ou mais) oradores em discordância. Segundo Andrew Laird, a prática de incluir duas orações emparelhadas e antagônicas era muito comum devido a um importante fenômeno da vida cultural romana: a *controversia*, um exercício retórico – com antecedentes na oratória ateniense – de argumentar dois lados de uma mesma questão¹⁶⁵. A tradição retórica latina faz algumas referências a tal exercício – por exemplo, Cícero¹⁶⁶ e Quintiliano¹⁶⁷ – e Tucídides emprega a sua versão sofisticada grega (antilogia) em várias elocuições na *História da Guerra do Peloponeso*¹⁶⁸.

As falas cumpriam diversos papéis dentro do relato do historiador. Elas poderiam: caracterizar a natureza dos personagens e indicar as razões, os raciocínios e as expectativas por trás de seus atos; quebrar a sequência de eventos, oferecendo uma reflexão mais abstrata acerca dos temas em jogo numa determinada situação histórica ou de questionamentos universais de filosofia política; e sublinhar momentos dramáticos¹⁶⁹, isto é, marcados pela presença do *páthos*. Como aponta Laird, na Antiguidade os escritos historiográficos eram compostos para recitação pública. A maioria dos homens não lia história, mas escutavam-na sendo performada oralmente. Deste modo, as palavras dos personagens provavelmente tinham uma aparência bem mais dramática aos ouvintes contemporâneos do que ao leitor moderno em silêncio. Outra função exercida pelas orações é servir como porta-voz das preocupações dos historiadores relativas ao seu tempo¹⁷⁰. A historiografia antiga, enquanto um gênero literário, desenvolveu uma série de convenções que, embora não fossem regras aplicadas por todo historiador e em qualquer circunstância, relevam certos hábitos na composição dos discursos. Entre elas estão inclusos a proximidade das elocuições a pelo menos um dos três gêneros retóricos, a menção a exemplos históricos, o uso de lugares-comuns (*topoi*) na argumentação¹⁷¹ –, especialmente as tópicas de utilidade, segurança, facilidade,

¹⁶⁵ LAIRD, Andrew. “The rhetoric of Roman historiography”. In: FELDHERR, Andrew (ed.). *The Cambridge companion to the Romans historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 207.

¹⁶⁶ Segundo Cícero, é importante “discutir os dois lados da questão”. CÍCERO, M. T. *O orador*, *op. cit.*, I. 158, p. 172.

¹⁶⁷ O autor menciona a prática dos “acadêmicos” de “dissertarem contra os dois lados”. QUINTILIANO. *Instituição oratória*, *op. cit.*, XII. I. 35, Tomo IV, p. 405.

¹⁶⁸ PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida. “Estrutura e função do Livro I”, *op. cit.*, p. LII.

¹⁶⁹ MARINCOLA, John. “Speeches in Classical Historiography”, *op. cit.*, pp. 119-120.

¹⁷⁰ LAIRD, Andrew. “The rhetoric of Roman historiography”, *op. cit.*, pp. 206-209.

¹⁷¹ MARINCOLA, John. “Speeches in Classical Historiography”, *op. cit.*, pp. 127-130

necessidade e honestidade¹⁷² –, e o recurso às perguntas retóricas e à amplificação (*amplificatio*)¹⁷³. Esta última ferramenta é, inclusive, fortemente interligada à *paradiástole*¹⁷⁴, outro artifício frequentemente mobilizado neste contexto, conforme demonstrarei. A investigação do uso dessas convenções literárias pela historiografia antiga exige uma análise mais detalhada da teorização delas feita pelos retores.

No primeiro capítulo aponte a centralidade que Aristóteles atribui aos exemplos para a deliberação. Quintiliano concorda¹⁷⁵ e alude à importância dos conselhos feitos em assembleias nas obras dos historiadores¹⁷⁶. De fato, a grande maioria dos discursos nas histórias são deliberativos ou pronunciados por generais logo antes de batalhas. Apesar dos casos pertencentes à retórica epidíctica, como a oração fúnebre de Péricles tucidideana, era muito mais comum o simples empréstimo de elementos deste gênero¹⁷⁷. Enquanto o filósofo macedônio associa a retórica deliberativa exclusivamente ao aconselhamento do “conveniente”¹⁷⁸, a tradição dos retores latinos inclui o *topos* da honestidade. Quintiliano distancia-se da posição aristotélica e prefere a proposta ciceroniana de assemelhar o útil e o honesto¹⁷⁹. A *Retórica a Herênio*, no entanto, separa a utilidade em dois lugares-comuns: pode ser “segura” (*tutum*) ou “honesto” (*honestum*). A ação segura evita “perigos atuais ou iminentes” e divide-se em “força” e *dolum* (“dolo”, engano ou fraude). Já o ato honesto se desdobra em “reto” e “louvável” (*laudabile*). “Reto é o que se faz com virtude e dever”¹⁸⁰.

Ao tratar do gênero epidíctico, a *Retórica a Herênio* diz que o louvor “pode ser das coisas externas, do corpo e do ânimo”. A primeira categoria é relativa a coisas “que podem acontecer por obra do acaso ou da fortuna”, incluindo “ascendência, educação, riqueza, poder, glória” etc. Já a categoria do ânimo associa-se às virtudes – mais especificamente prudência, justiça, coragem e

¹⁷² LAIRD, Andrew. “The rhetoric of Roman historiography”, *op. cit.*, pp. 204-205.

¹⁷³ RICHARDSON, Brian. “Notes on Machiavelli’s sources and his treatment of the rhetorical tradition”, *op. cit.*, p. 38.

¹⁷⁴ Para uma análise do quadro geral da teorização antiga sobre os *topoi*, o *páthos*, a amplificação e as técnicas de redescritção retórica, ver SKINNER, Quentin. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. New York: Cambridge University Press, 2009, pp. 111-180.

¹⁷⁵ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, *op. cit.*, III. VIII. 66, Tomo I, p. 545.

¹⁷⁶ *Ibidem*, III. VIII. 67, Tomo I, p. 457.

¹⁷⁷ MARINCOLA, John. “Speeches in Classical Historiography”, *op. cit.*, pp. 127-128.

¹⁷⁸ ARISTÓTELES. *Retórica*, *op. cit.*, I. 1358b, p. 105.

¹⁷⁹ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, *op. cit.*, III. VIII. 1, Tomo I, p. 513.

¹⁸⁰ Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*, *op. cit.*, III. 3, p. 153.

modéstia – e aos vícios¹⁸¹. Cícero lista virtudes como "sabedoria, nobreza, coragem, justiça, grandeza, piedade, gratidão, humanidade"¹⁸². Aristóteles, junto de algumas destas, menciona "a temperança, a magnificência, a magnanimidade, a liberalidade, a mansidão, a prudência"¹⁸³.

Outra convenção literária na composição de discursos é o emprego da *amplificatio*. Embora Aristóteles considere-a um recurso argumentativo próprio à retórica epidíctica¹⁸⁴, a *Retórica a Herênio* sugere como um orador deliberativo consegue amplificar seus argumentos ao aconselhar vias seguras ou honestas de ação. Essa técnica envolve, inclusive, seu oposto: diminuir, atenuar o ponto contrário. Assim, as virtudes "devem ser amplificadas se as aconselhamos, atenuadas se delas dissuadimos"¹⁸⁵. Cícero propõe um preceito similar: "o que apresenta de bom, (...), exagero, nele demoro-me, (...) fixo-me; já daquilo que apresenta de ruim ou vicioso, afasto-me". Além disso, "se a causa está nos argumentos, contemplo sobretudo os mais sólidos (...); mas se a causa está no cativar ou no emocionar, entrego-me principalmente àquela parte que é mais capaz de influenciar os ânimos dos homens"¹⁸⁶. Ou seja, a amplificação também é um instrumento de fortalecimento dos efeitos patéticos. Ademais, o autor indica que o orador deve atentar-se às especificidades do público, pois a persuasão é mais efetiva se amplificarmos especificamente "aquilo que o vulgo considera desejável e apetecível"¹⁸⁷.

Em referência ao método de redescrição retórica (ou paradiástole¹⁸⁸), Quintiliano diz que "o primeiro modo de ampliar ou atenuar está no próprio nome da coisa tratada". Para amplificar mediante tal recurso, substituiremos uma palavra por outra que contenha um sentido similar, porém, com cunho mais pejorativo. Assim, "aquele que é *desonesto* tachamos de *ladrão*"¹⁸⁹. Já para diminuir a natureza

¹⁸¹ *Ibidem*, III. 10, p. 161.

¹⁸² CÍCERO, M. T. *Do orador, op. cit.*, II. 45-46, p. 203.

¹⁸³ ARISTÓTELES. *Retórica, op. cit.*, I. 1366b, p. 125.

¹⁸⁴ *Ibidem*, I. 1368a, p. 130.

¹⁸⁵ Autor desconhecido. *Retórica a Herênio, op. cit.*, III. 6-9, pp. 157-161.

¹⁸⁶ CÍCERO, M. T. *Do orador, op. cit.*, II. 292, p. 249.

¹⁸⁷ *Ibidem*, I. 221, p. 185.

¹⁸⁸ Segundo Adverse, a paradiástole consiste na "redescrição de uma ação de modo a mudar sua qualificação, ou ainda da redefinição de um vício ou de uma virtude com o objetivo de atenuar ou defeitos de alguém ou de desmerecê-lo frente aos outros". ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica, op. cit.*, p. 185.

¹⁸⁹ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória, op. cit.*, VIII. IV. 1, Tomo III, p. 275, grifos do autor.

originalmente odiosa de um conteúdo qualquer, trocaremos o termo; conseqüentemente, esse conteúdo negativo será amenizado¹⁹⁰. Aristóteles fala o seguinte a respeito do uso da paradiástole nos tribunais: "muitas vezes o acusado reconhece haver praticado uma ação, mas não está de acordo com a qualificação da mesma ou com o delito que essa qualificação implica – confessa, por exemplo: que *tomou* algo, mas não o *roubou*"¹⁹¹. Além de seu uso na retórica judiciária, a redescrição é especificamente central no gênero epidíctico, pois conseguimos empregá-la para “amenizar” vícios, suavizando “o excesso com o nome de liberalidade, a avareza com o de parcimônia, a negligência com o de simplicidade”¹⁹². Nos exemplos já citados, vícios foram redescritos em virtudes, entretanto, o contrário também é possível. Segundo a *Retórica a Herênio*, devemos contestar a paradiástole do oponente que atenua vícios. Assim, orador dirá "que a virtude reside (...) em coisas opostas às que foram exibidas; (...) o que o adversário chamar justiça demonstraremos que é covardia, fraqueza e torpe liberalidade"¹⁹³. Quintiliano, no entanto, adverte para não abusarmos do uso da redescrição, tanto na atenuação quanto na amplificação, pois há a possibilidade de aproximarmos excessivamente virtudes e vícios¹⁹⁴.

Como uma das funções dos discursos nas histórias é sublinhar momentos dramáticos, é importante exibir as diferentes abordagens do *páthos* entre os retores antigos. Quintiliano, em provável referência à Aristóteles, critica os "autores famosos" que limitaram “a missão do orador” ao ensinamento e excluíram a comoção¹⁹⁵. Porém, o filósofo macedônio reconhece a sua função persuasiva nestas duas preceituações: os fatos "não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo"¹⁹⁶, e "os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio". Ele apenas opõe-se a quem se ocupa somente "desta espécie de prova"¹⁹⁷. Afastando-se da retórica aristotélica, o autor latino privilegia os *adfectus* ao *logos*, pois "o juiz, tomado pelas emoções, deixa de lado todos os motivos de

¹⁹⁰ *Ibidem*, XI. I. 90, Tomo IV, p. 231.

¹⁹¹ ARISTÓTELES. *Retórica*, *op. cit.*, I. 1374a, p. 145, grifos meus.

¹⁹² QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, *op. cit.*, IV. II. 77, Tomo II, pp. 101-103.

¹⁹³ Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*, *op. cit.*, III. 6, p. 157.

¹⁹⁴ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, *op. cit.*, III. VII. 25, Tomo I, p. 511.

¹⁹⁵ *Ibidem*, V. Proêmio. 1, Tomo II, p. 169.

¹⁹⁶ ARISTÓTELES. *Retórica*, *op. cit.*, II. 1377b, p. 159.

¹⁹⁷ *Ibidem*, I. 1356a, p. 97.

buscar a verdade"¹⁹⁸. Em seu pensamento, o orador deve revestir argumentos "com os aspectos emocionais característicos" do público, escolhendo precisamente as paixões adequadas aos ouvintes, porque elas "não se expressam com a mesma intensidade" em cada um¹⁹⁹. Cícero também prefere os efeitos persuasivos do *páthos*²⁰⁰ e prescreve um preceito similar ao de Quintiliano: para "mobilizar a paixão apropriada ao caso, é necessário saber o que os ouvintes pensam, julgam, esperam e desejam". Entretanto, o orador não pode esquecer de tentar inculcar as emoções de seu interesse, além de gerar a aparência deles estarem impressos em si próprio. No *Do orador* ciceroniano são mencionados afetos como ódio, amor, inveja, temor, esperança, desejo, alegria, tristeza, compadecimento²⁰¹, "indignação", "brandura", "misericórdia"²⁰², "afeição" e "desconforto"²⁰³.

Várias dessas convenções da construção de discursos foram empregadas por Salústio. Em *A conjuração de Catilina* o autor inclui um debate no Senado entre Júlio César e Marcos Catão ligado ao que fazer com os conjurados cativos. Numa fala de natureza deliberativa, o primeiro constrói um *éthos* marcado pela isenção "de ódio, amizade, de ira ou misericórdia", pois tais paixões atrapalham a apreensão da verdade. Enquanto age racionalmente, outros oradores se caracterizam pelo apelo emocional, como Décimo Silano, que, embora seja moderado, imparcial e ame a República, aconselha ações (castigar os prisioneiros) baseadas no medo desnecessário – ou seja, o elogio à "moderação" do adversário é irônico. Com o fim de provar quão exagerada e irracional é a proposta de Silano, César narra exemplos históricos nos quais romanos do passado agiram digna, "correta e ordenadamente, contra a paixão que sentiram", mesmo quando a ocasião permitisse o contrário. Já no final da fala, ele defende o exílio dos prisioneiros e aponta a honestidade dos romanos de tempos remotos, expressando uma preferência por eles em comparação com a situação atual, na qual alguns senadores são favoráveis a decisões excepcionais e excessivas. O personagem também emprega várias perguntas

¹⁹⁸ QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, op. cit., VI. II. 6, Tomo II, p. 445.

¹⁹⁹ *Ibidem*, IV. I. 46-47, Tomo II, pp. 41-43.

²⁰⁰ CÍCERO, M. T. *Do orador*, op. cit., II. 178, p. 226.

²⁰¹ *Ibidem*, II. 185-189, pp. 228-229

²⁰² *Ibidem*, I. 53, p. 156.

²⁰³ *Ibidem*, II. 206, p. 232.

retóricas²⁰⁴, além da técnica de paradiástole na seguinte frase: “O que entre os outros chama-se cólera, no poder é denominado soberba e crueldade”²⁰⁵.

Em sequência, Salústio apresenta um discurso relativo à mesma questão, entretanto, de opinião diversa, reproduzindo o princípio da *controversia*. De modo contrário ao adversário, Marcos Catão repetidamente recorre ao *páthos* – embora também use argumentos lógicos – para convencer o Senado de que a atitude mais necessária não é deliberar acerca de castigos, mas sim, antes de tudo, rapidamente impedir a conjuração, pois caso ela seja vitoriosa, a punição será impossível. A principal emoção mobilizada pelo orador é o medo, pois os ouvintes são constantemente alertados à urgência de um perigo eminente: a vitória dos conjurados. Enquanto no passado “a República estava segura”, agora “Catilina ameaça com seu exército” e temos “outros inimigos dentro das muralhas”, então, nossa “liberdade e nossa vida estão em jogo”. Catão reivindica um *éthos* de contraposição ao luxo, à ganância e à complacência, e ironiza a *persona* racional que César atribui a si; este, apesar de alegar uma ausência de temor, defendeu o exílio dos prisioneiros por medo de que fossem libertados por outros conjurados em Roma. Porém, caso de fato não tema nada em meio a tantos perigos, devemos suspeitar de suas reais intenções; ou seja, César possivelmente é ambicioso e tem compaixão pelo inimigo. O orador conclui sua elocução aconselhando sentenciar os cativos à pena de morte para, assim, evitar riscos – alusão ao *topos* da segurança. Neste discurso Salústio novamente inclui perguntas retóricas, exemplos históricos que ilustram o distanciamento moral entre passado e presente, e uma paradiástole, mais especificamente, uma crítica à atenuação de vícios, redescritos em virtudes – “perdemos os vocábulos adequados às coisas: é por se chamar a dilapidação dos bens alheios de generosidade, a ousadia em más ações, de bravura, que a República está à beira do abismo”²⁰⁶. Ambas as falas cumprem as funções de destacar a natureza e os raciocínios dos personagens e de servir como porta-voz da censura salustiana à corrupção no cenário político em Roma, repetindo uma crítica já exposta no Proêmio da obra.

²⁰⁴ Segundo Quintiliano, uma pergunta retórica é aquela “formulada sempre que não é feita por motivo de informação, mas com o fito de pressionar”. QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*, op. cit., IX. II. 7-8, Tomo IV, pp. 402-403.

²⁰⁵ SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*, op. cit., LI. 1-43, pp. 63-70.

²⁰⁶ *Ibidem*, LII. 2-36, pp. 70-75.

Resta agora apontar a um tema essencial para a compreensão da escolha das palavras atribuídas aos personagens históricos. Não há consenso entre os comentadores de Tucídides em relação a se podemos definir as orações presentes em sua obra de verdadeiras ou não. Para Marincola, na formulação do método tucidideano²⁰⁷ encontramos indicações tanto de fidelidade ao que foi realmente dito quanto de apoio na noção de adequação à pessoa e à circunstância. Em vez de inventar completamente, Tucídides de fato tentou descobrir o discurso pronunciado, mas, devido a dificuldade deste procedimento de pesquisa, recorreu à uma reconstrução imaginária, escrevendo o que os oradores, diante de suas situações e fins particulares, teriam precisado falar para tornar seu argumento o mais eficiente possível. Logo, o ateniense articulou o conceito de probabilidade ao aspecto investigativo da tarefa do historiador²⁰⁸. Já na interpretação de Hartog, embora as orações sejam falsas, Tucídides é verídico, pois exprime nelas “o geral, a lei, o universal, a permanência da natureza humana, portanto, a verdade”. O autor francês lê tais composições tucidideanas invertendo a concepção aristotélica de história²⁰⁹. Na *Poética*, Aristóteles vincula a história ao particular e a poesia ao geral²¹⁰. Apesar das diferenças entre tais leituras, ambas propõem conceitos úteis na análise da produção de elocuições no Renascimento e na *História de Florença* maquiaveliana.

3.2 Os discursos no Renascimento

Seguindo os historiadores antigos, os humanistas utilizavam elocuições por motivos diversos, incluindo expor as motivações dos agentes, enfatizar a importância dos eventos e informar as razões de guerras – neste caso, o orador é frequentemente um comandante militar dirigindo-se aos seus soldados logo no início de batalhas. Também eram comuns as orações apresentadas em pares, uma apontando os lados positivos de uma alternativa e outra a desaconselhando. Os

²⁰⁷ Segundo o Tucídides, “quanto aos discursos pronunciados por diversas personalidades (...), foi difícil recordar com precisão rigorosa os que eu mesmo ouvi ou os que me foram transmitidos por várias fontes. Tais discursos, portanto, são reproduzidos com as palavras que, no meu entendimento, os diferentes oradores deveriam ter usado, considerando os respectivos assuntos e os sentimentos mais pertinentes à ocasião em que foram pronunciados, embora ao mesmo tempo eu tenha aderido tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito”. TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, *op. cit.*, I, 22, p. 14.

²⁰⁸ MARINCOLA, John. “Speeches in Classical Historiography”, *op. cit.*, pp. 120-123.

²⁰⁹ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*, *op. cit.*, pp. 85-88.

²¹⁰ ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Fernando Maciel Gazoni. São Paulo: USP, 2006, p. 68.

autores não se preocupavam se as palavras eram reais ou não, pois, como acreditavam que as elocuições dos historiadores clássicos foram inventadas, consideravam-se autorizados a reproduzir tal hábito²¹¹. De acordo com Anthony Grafton, Lorenzo Valla se opôs, no Proêmio da obra *Gesta Ferdinandi Regis Aragonum* (1445), à noção aristotélica de que a história, ao contrário da poesia, é incapaz de oferecer verdades de natureza geral. Na perspectiva do humanista, os discursos compostos artisticamente pelos historiadores têm a função de ensinar lições gerais, assim como os poetas personificam virtudes nas ações dos heróis míticos. Como a chave para cumprir o papel pedagógico das elocuições se limita a adequá-las à pessoa e ao tempo, não há problema em sua artificialidade. Aliás, em seu *Discurso sobre a falsa e enganadora doação de Constantino* (1440), Valla apresenta orações artificiais retratando o que os personagens deveriam ter dito diante de um momento, de um lugar, e de circunstâncias específicas. Ele se baseou na ferramenta retórica do *decorum* para imaginar a si próprio dentro da cena dos protagonistas e, com isso, descobrir as palavras apropriadas àquela situação e àqueles atores particulares. Ou seja, por meio do *decorum* os historiadores podem tornar suas narrativas tão gerais e filosóficas quanto os versos dos poetas. Segundo Grafton, embora teóricos de historiografia, como Giovanni Pontano, tenham ignorado a discussão filosófica que Valla trava com Aristóteles, concordavam em relação à centralidade do *decorum* e da verossimilhança na composição de orações²¹².

No tratado *Actius*, Pontano defende que os historiadores devam se dedicar à inclusão de discursos em suas obras, pois o poder da fala é capaz de comover e levar as mentes para onde desejamos, trazendo-as, dependendo da circunstância, do medo à confiança, da dor à alegria, da ociosidade à labuta, da hesitação à coragem. Quando a situação demandar, o historiador fará os comandantes encorajarem seus homens em perigo, estimulando-os a enfrentá-lo, às vezes exortando, outras vezes castigando, além de oferecerem recompensas ou avisos de desonra, desgraça, escravidão e morte. O historiador precisa não apenas apoiar-se no relato de terceiros para tentar reproduzir as palavras reais dos oradores, mas também expor o que eles

²¹¹ GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: politics and history in Sixteenth-Century Florence*, *op. cit.*, p. 211.

²¹² GRAFTON, Anthony. *What was history?: the art of history in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 35-38.

poderiam ter dito conforme a natureza dos personagens e as demandas do tempo e da situação. As orações devem ser introduzidas em seu próprio lugar e espaço, mantendo o “*decorum*” pertencente a elas²¹³. Além disso, as causas das guerras e de outros eventos juntam-se aos conselhos, às opiniões e às finalidades dos homens. Já que esses três elementos sempre variam, é importante apresentar as divergências, fazendo os líderes de grupos políticos opostos expressarem suas perspectivas em debates no senado, assim como age Salústio ao expor as visões de César e Catão²¹⁴. Apesar desse elogio ao autor romano, Pontano critica seu modo conciso e insuficiente de abordar os ouvintes das elocuições²¹⁵.

3.3 Os discursos em Maquiavel

Junto dos padrões da historiografia antiga, Maquiavel adota parte destas contribuições da teorização humanista. Ele alega fugir das adulações especialmente nos discursos, “que mantêm sem restrições (...) o *decoro* do humor da pessoa que fala”²¹⁶. Ou seja, tais passagens foram compostas mediante a ferramenta do *decorum*, buscando adequar suas palavras ao orador. Na *Istorie Fiorentine* há orações diretas e indiretas, breves e longas²¹⁷, mas não será possível analisar todas. Meu foco é naquelas pronunciadas durante a era dos Medici (Livros IV ao VIII), portanto, somente apontarei as características básicas de outras, sem aprofundá-las. Em 1342, o duque de Atenas tornou-se tirano em Florença com o apoio dos nobres. Um dos Senhores²¹⁸ dirige-lhe uma elocução marcada por várias perguntas retóricas, o desaconselhando a persistir em sua tentativa de promover a união interna “por meios extraordinários”²¹⁹. Como argumento, ele aponta a dificuldade

²¹³ PONTANO, Giovanni. *Dialogues: volume 2 (Actius)*, op. cit., 82, pp. 285-287.

²¹⁴ *Ibidem*, 79, p. 275.

²¹⁵ *Ibidem*, 75, p. 253

²¹⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., Dedicatória, p. 5, grifos meus.

²¹⁷ Para uma análise dos discursos diretos longos na *História de Florença*, ver ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, op. cit., pp. 211-252.

²¹⁸ Os Senhores, originalmente denominados Priores, eram cidadãos nobres ou do povo designados a permanecer um tempo curto e limitado (dois meses) no “governo da república”. Ao longo da história da república florentina, a Senhoria – isto é, o conjunto dos Senhores – variou entre três e doze magistrados. MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., II, 11, pp. 93-94.

²¹⁹ Conforme indica John Namejy, na linguagem maquiaveliana, “extraordinário” significa fora das *ordini* (ordenações ou instituições), ou seja, se refere à ausência das instituições republicanas. Portanto, as vias extraordinárias são um modo de ação para além de vias institucionais. NAMEJY, John M. “Machiavelli and the Medici: The lessons of Florentine History”. In: *Renaissance Quaterly*, vol. 35, n. 4, 1982, p. 560. Segundo Ménessier, os modos extraordinários estão associados ao uso da violência e das armas. MÉNESSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*, op. cit., pp. 21-24.

e os perigos de agir tiranicamente numa pátria acostumada a ser livre, e alerta que o governante nem conseguiria apoiar-se em amigos internos, pois estes guardam seus próprios interesses de tornar-se príncipe. Em formato de resposta, o interlocutor nega querer eliminar a liberdade, mas sim restaurá-la mediante o fim das facções e inimizades²²⁰. Nessa passagem já encontramos os temas centrais para o desenrolar da narrativa: 1) a afinidade entre facciosismo e principado; 2) o problema das amizades partidárias, pois novas divisões nascem quando um partido é eliminado; 3) a incapacidade da cidade de impedir divisões. Além disso, enquanto o primeiro personagem associa a perda da liberdade à servidão, o segundo vincula-a aos conflitos facciosos.

A oposição entre facciosismo e liberdade também está presente em um discurso de 1371, proferido num contexto no qual a tensão entre guelfos e gibelinos se envolveu com as inimizades entre os Ricci e os Albizzi, famílias que aspiram “obter o principado na república”²²¹. Um homem “de maior autoridade”²²², diante dos Senhores, defende que, apesar da dificuldade, é possível lidar com as divisões internas substituindo os “interesses privados” pela “utilidade pública”. O personagem anônimo condena o hábito corrupto de preferir a conveniência à honestidade, pois isso resulta na redescritção de vícios em virtudes e vice-versa: “homens nocivos são louvados como industriosos, enquanto os bons são tachados de tolos”. A corrupção dos costumes é a origem dos partidos: os maus seguem-nos “por ganância e ambição”, enquanto os bons necessitam deles porque agir dentro das instituições os levariam à ruína. Segundo o orador, as facções se dividem internamente pois as *ordini* florentinas não visam à verdade, mas aos interesses partidários. Ele prova seus pontos relatando vários casos do longo histórico de conflitos em Florença, incluindo a tirania do duque de Atenas, cuja expulsão não eliminou a discórdia na cidade. Ao seu público, aconselha o uso de vias legais, não extraordinárias, para reformular as ordenações benéficas ao facciosismo. Talvez Maquiavel estivesse aludindo à função de sua própria obra ao afirmar, através desta oração, que recorda “os costumes corrompidos e as nossas divisões (...) para lembrar-vos as suas razões (...) e para dizer-vos que o exemplo delas não vos deve fazer duvidar de que podeis frear as de hoje”. Embora a audiência fora persuadida

²²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., II. 34-35, pp. 135-138.

²²¹ *Ibidem*, III. 2-3 pp. 159-161.

²²² Em relação ao sentido de “autoridade” no vocabulário maquiaveliano, ver nota 7.

pelo conselho, os encarregados à reorganização das ordenações “não extinguiram as razões para o surgimento de novas facções e tornaram as já existentes mais poderosas ainda”²²³.

Duas orações importantes são proferidas na época de conflitos entre povo e plebe, em 1378. Entretanto, como é uma passagem complexa da *Istorie*, e, por isso, merece uma análise separada²²⁴, nesta monografia apenas listarei algumas das características desses discursos. A primeira elocução é de Luigi Guicciardini, que ocupava o cargo mais importante nas magistraturas republicanas em Florença: gonfaloneiro. Ele aconselha o fim das desordens promovidas por plebeus, opõe elementos contrastantes – amor à pátria versus ambição, utilidade versus deleite –, emprega perguntas retóricas e consegue comover os ânimos do público²²⁵. Apesar disso, uma nova revolta se inicia, conhecida como Tumulto dos *Ciampi* – estes eram trabalhadores de lã e integrantes da “ínfima plebe”. Portanto, reproduzindo o princípio da *controversia*, Maquiavel expõe as palavras de um *Ciampo*. Este personagem anônimo aconselha a discórdia, privilegiando a segurança à honestidade, e aplica a técnica da paradiástole, atenuando um vício: “quando se é premiado pela necessidade, a audácia é considerada prudência”²²⁶. Os revoltosos tomaram o Palácio da Senhora e, embora a “plebe miúda” tivesse sido retirada do governo depois de um tempo, os plebeus permaneceram no poder entre 1378 e 1381. Este foi um período repleto “de exílios e mortes” e tinha o apoio de cidadãos como Giorgio Scali e Salvestro de Medici, que “se tornaram quase que príncipes da cidade”. Até o final da *Istorie*, o autor chama esse partido de “plebeu”. A facção adversária é composta pelos “populares nobres”²²⁷, isto é, membros do setor mais poderoso do povo.

No capítulo inicial do livro IV, o secretário expõe os motivos da falta de liberdade em repúblicas mal ordenadas: estas variam entre a servidão dos nobres e a licença dos populares, “pois nenhum deles deseja submeter-se às leis nem aos

²²³ *Ibidem*, III. 5-6, pp. 164-169.

²²⁴ Aranovich escreveu um capítulo inteiro sobre a narração maquiaveliana do Tumulto dos *Ciampi*. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, *op. cit.*, pp. 253-297. Para uma análise mais recente desse episódio, ver CARDOSO, Sérgio. “Lições das *Histórias florentinas*”. In: *Maquiavelianas: lições de política republicana*. São Paulo: Editora 34, 2022, pp. 153-181.

²²⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, *op. cit.*, III. 11, pp. 179-181. Segundo Adverse, em vários discursos da *História de Florença* a persuasão apenas é efetivada porque o orador comoveu o público. Para um estudo do uso do *páthos* nas elocuições compostas por Maquiavel, ver ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*, *op. cit.*, pp. 163-192.

²²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, *op. cit.*, III. 11-13, pp. 182-187.

²²⁷ *Ibidem*, III. 16-18, pp. 192-198.

homens”. Porém, quando ocorre a rara chance de surgir na cidade um “cidadão sábio, bom e poderoso, que ordene leis capazes de (...) impedi-los de agir mal”, podemos “considerar livre tal cidade e estável e firme o seu estado”. Em Florença “nunca se extinguiram” as facções que surgiram das inimizades entre os Ricci e os Albizzi e que depois, foram ressuscitadas por Salvestro de Medici. O partido dos populares nobres entrou no poder em 1381 após a morte de Giorgio Scali. Esse novo estado conseguiu manter sua estabilidade inicialmente graças a Maso degli Albizzi e, num momento posterior, a Niccolò da Uzano. Neste tempo havia outros “cidadãos de mais autoridade”, como Neri di Gino Capponi, Nerone di Nigi e Rinaldo degli Albizzi, filho de Maso. Apesar da derrota do partido plebeu e das “contínuas perseguições aos seus chefes” entre 1381 e 1400, não foi eliminado completamente devido ao seu favoritismo diante do povo e do “desejo de vingança”. A sobrevivência dele provocou a ruína do governo vigente, cujos partidários cultivavam entre si uma “inveja mútua”, os desviando do “cuidado necessário com quem poderia prejudicá-los”, e, assim, permitindo “que a família Medici recobrasse autoridade”, mais especificamente Giovanni, designado gonfaloneiro em 1421. De acordo com Maquiavel,

Este, que se tornara riquíssimo e tinha natureza benigna e humana, foi conduzido à magistratura suprema [de gonfaloneiro] por concessão dos governantes. Com isso, toda a cidade demonstrou tanta alegria, por parecer à multidão que ganhara um defensor, que nos mais sábios nasceu a suspeita, pois começavam de novo a fazer-se sentir todos os antigos humores²²⁸. E Niccolò da Uzano não deixou de prevenir os outros cidadãos, mostrando o grande perigo que havia em favorecer alguém que tinha tanta reputação junto ao povo; mostrava-se também que é fácil opor-se às desordens no princípio, mas, depois que crescem, é difícil remediá-las (...). Niccolò não foi ouvido por seus pares, que invejavam sua reputação e desejavam ter aliados para derrubá-lo²²⁹.

Aqui Maquiavel já implicitamente indica a forte relação entre os Medici e o facciosismo, pois o sucesso dessa família decorre das inimizades internas ao partido adversário. Concordo com esta leitura de John Namejy: Niccolò da Uzano é o porta-voz do autor²³⁰, uma função que se repetirá em toda a obra e que será cumprida por

²²⁸ Na linguagem maquiaveliana, o termo “humor” refere-se “não tanto as paixões e as diversas opiniões individuais quanto as aspirações coletivas dos grupos sociais constituídos”. MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel, op. cit.*, p. 32.

²²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença, op. cit.*, IV. 1-3, pp. 221-224.

²³⁰ NAMEJY, John M. “Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History”, *op. cit.*, p. 567.

outros personagens. Ao longo do Livro IV Maquiavel narra como se deu a ascensão dos Medici: em 1423, depois de Filippo Maria Visconti – duque de Milão e senhor da Lombardia – violar um acordo de paz, a cidade dividiu-se em dois grupos antagônicos. O primeiro, composto pelos “mais reputados no governo”, defendia a conveniência de um conflito bélico com ele; o segundo discordava, ou por inveja dos governantes ou por medo da guerra. A opinião dos favoráveis ao confronto armado prevaleceu e, por isso, novos tributos foram implementados. O povo florentino, descontente com a campanha “desnecessária”, condenava “a ambição e a ganância dos poderosos”, e ganhou o suporte público de Giovanni de Medici. Por causa da derrota de Florença numa batalha, os opositores se fortaleceram. Para acalmar a multidão, Rinaldo degli Albizzi, um aspirante “ao cargo supremo da cidade”, pronunciou um discurso indireto do gênero deliberativo, apontando a necessidade da guerra e exortando os populares a imitarem “seus antepassados, que, por não terem esmorecido diante das adversidades, sempre se haviam defendido de quaisquer príncipes”²³¹.

Após a radicalização das divergências internas, vários dos cidadãos mais importantes “se reuniam e concluíam que era necessário retomar o estado”. Giovanni de Medici não apareceu no local da reunião, “fosse por não ter sido chamado, em razão de suspeitas, fosse por não ter desejado intervir, sendo sua opinião contrária à deles”. Na reunião, Rinaldo novamente manifesta sua perspectiva, expressa de modo indireto. Em sua leitura da situação de Florença, esta retornava ao perigoso “poder da plebe” do período entre 1378 e 1381. Desta forma, a solução para impedir a consolidação de um estado licencioso e conter as desordens da multidão seria devolver a autoridade aos nobres, naturais inimigos da plebe, pela reformulação das ordenações ou por vias extraordinárias: “a fraude ou a força”. Os “seus conselhos receberam a aprovação de todos”, especialmente de Niccolò da Uzano. Este, porém, advertiu que tais propostas somente funcionariam e bloqueariam novas divisões caso obtivessem a cooperação de Giovanni, um dos líderes do povo. Sem ele, todo o plano seria altamente arriscado²³².

Rinaldo, entretanto, falhou na persuasão. Em um diálogo que mistura orações diretas e indiretas, Giovanni argumenta “ser dever de um sábio e bom cidadão não alterar as ordenações estabelecidas da sua cidade”, pois muitos homens

²³¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença, op. cit.*, IV. 4-7, pp. 225-231.

²³² *Ibidem*, IV. 8-9, pp. 231-234.

se descontentariam com a perda de seus cargos e “não sossehariam enquanto não os recuperassem”. O perigo da vingança da plebe supera a gratidão dos amigos beneficiados. Ele completa o conselho indicando a Rinaldo que, se lembrasse dos erros históricos de Florença, seria menos adepto do uso de forças extraordinárias para retirar a autoridade do povo, pois este se voltaria contra ele. Tendo isso em vista, a melhor opção é “deixar a cidade com suas ordenações”. Esses “debates chegaram ao conhecimento público”, de modo a aumentar “o ódio aos outros cidadãos” e a reputação popular de Giovanni, que se esforçou em divulgar seu objetivo de eliminar as facções em vez de alimentá-las, desapontando “muitos de seus partidários, para os quais ele deveria mostrar-se mais vivo nas coisas”. Por exemplo, seu filho Cosimo e Alamanno de Medici incentivavam-no “a perseguir os inimigos e favorecer os amigos”²³³. Este é o primeiro marco da diferenciação entre Giovanni e seu filho, mais aberto à prática típica do facciosismo de priorizar os interesses dos membros de seu partido ou de outros aliados. Conforme veremos, essa conduta tornou-se a principal característica do governo de Cosimo.

Em seu leito de morte (1429), Giovanni de Medici ensina ao filho como preservar seu legado de riquezas, honras e boa reputação. Primeiramente, é importante tentar não ofender ninguém e beneficiar todos. Além disso, “se quiserdes viver seguros” do estado, pode retirar somente “o que vos é dado pelas leis e pelos homens” para não atrair ódio, inveja e perigo. Ele admite ter conseguido, inclusive, aumentar seu renome na cidade através desse caminho. Maquiavel elogia uma série de qualidades desse personagem: marcado pela compaixão, não corria atrás de honras, e era “cordial”, prudente, amante da paz, benéfico ao “bem comum” e “misericordioso”, dando “esmolas a quem pedia” e socorrendo a “necessidade dos pobres”. Apesar de uma “aparência melancólica (...), era agradável e engraçado. Morreu riquíssimo de dinheiro, porém mais rico de boa fama e benquerença. Sua herança, tanto em bens da fortuna quanto naqueles do ânimo, foi não só mantida como aumentada por Cosimo”²³⁴.

Em Florença surgiu a possibilidade de iniciar um confronto contra Lucca. Enquanto “eram contrários à guerra Niccolò da Uzano e seus partidários”, os Medici e Rinaldo concordavam com o empreendimento, ou por acreditarem em sua utilidade ou por ambição. Em um diálogo indireto, degli Albizzi aconselha a

²³³ *Ibidem*, IV. 10-11, pp. 234-236.

²³⁴ *Ibidem*, IV. 16, pp. 244-245.

campanha recorrendo aos *topoi* da “utilidade”, da “ocasião”, da facilidade e da justiça. Uzano, de tese oposta, aponta a injustiça e o perigo da empresa e indica que, mesmo com a demanda daqueles tempos de priorizar o útil sobre o justo, “os prejuízos eram certos e a utilidade, duvidosa”. O grupo dos favoráveis venceu²³⁵. Na leitura de Namejy, o posicionamento de Cosimo revela um contraste com Giovanni – que se opusera ao conflito externo com Filippo Maria Visconti –, e em sua atividade política também encontramos dissemelhanças²³⁶. A inclinação do filho ao facciosismo é evidente. Durante a disputa com Lucca, “ferviam os humores malignos das facções internas” e ele agia nos assuntos públicos “com maior empenho e mais liberalidade com os amigos do que o próprio pai”. Maquiavel elogia sua natureza prudente, liberal e humana, além da “aparência austera e agradável” e do fato de não tramar contra o estado ou contra o próprio partido. Porém, destaca seu hábito de cativar cidadãos mediante benefícios, transformando-os em partidários, e sua disposição “a adotar meios extraordinários”. Embora os aliados de Cosimo originalmente defendessem a guerra, muitos inimigos foram encarregados do comando militar, então homens como Averardo de Medici recorreram à calúnia, forjando crimes, para diminuir as reputações dos comissários. A facção dos populares nobres, incomodada com a atitude perigosa dos adversários, debateu sobre os remédios adequados à situação. Em 1433, Niccolò da Uzano foi exortado por Niccolò Barbadoro a organizar um plano com Rinaldo degli Albizzi para exilar Cosimo, mas discordou por preferir agir dentro das *ordini*. Ele demonstra os prejuízos dessa opção comparando as vantagens de cada lado num discurso direto:

“Batizastes nosso partido de Partido dos Nobres, e ao partido contrário destes o nome de Partido da Plebe (...). Mas temos muito mais o que temer, visto que nosso partido está desmembrado, e o dos adversários está íntegro. Em primeiro lugar, Neri di Gino e Nerone di Nigi, dois de nossos principais cidadãos, nunca se manifestaram, de tal modo que não se pode dizer que são mais amigos nossos que deles (...). De modo que, se considerarmos bem quem são eles e quem somos nós, não sei por que nosso partido merece mais ser chamado de nobre do que o deles. Se for porque eles são seguidos por toda a plebe, estamos em piores condições, e eles em melhores; de tal modo que pela via das armas ou dos partidos, não poderemos resistir. (...) E se dissesses que a justa razão está conosco, e não com eles, o que aumentaria o nosso crédito e diminuiria o deles, respondo que tal justiça precisa ser entendida e acreditada pelos outros assim como o é por nós; mas o que

²³⁵ *Ibidem* IV. 18-20, pp. 248-252.

²³⁶ NAMEJY, John M. “Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History”, *op. cit.*, pp. 568-569.

ocorre é o contrário; porque a razão que nos move está toda fundada na suspeita de que Cosimo se torne príncipe desta cidade: se nós temos essa suspeita, os outros não a têm; aliás, o que é pior: os outros nos acusam daquilo que o acusamos. As obras de Cosimo que o tornam suspeito são: pôr seu dinheiro à disposição de todos (...); ajudar este ou aquele cidadão que precisa dos magistrados; (...) alça este ou aquele amigo a postos mais honrosos. Portanto, seria preciso dizer quais as razões de expulsá-lo, porque ele é piedoso, solícito, liberal e amado por todos. Dize-me: qual é a lei que proíbe, censura ou condena a piedade, a liberalidade, e o amor? E, embora tais modos sejam aptos a levar voando ao principado, ninguém os vê assim, nem somos capazes de assim os mostrar, porque nossos modos nos tiraram o crédito, e a cidade, que naturalmente é partidária e (por ter sempre vivido com partidos) corrupta, não pode dar ouvidos a semelhantes acusações”²³⁷.

Ou seja, a via das armas é inconveniente para o partido dos nobres, que sofre uma divisão interna, com alguns de seus membros tendendo a favorecer a facção da plebe, mais unida. Este grupo ainda possui uma vantagem baseada no *éthos*: aos olhos populares sua reputação supera o crédito dos inimigos, pois a cidade, de natureza partidária, não percebe a ambição encoberta pelas virtudes e métodos extraordinários de Cosimo, e, assim, auxilia sua trajetória em direção ao principado. Novamente Niccolò da Uzano serve como porta-voz de Maquiavel, conforme também percebera Aranovich²³⁸. Na sequência da elocução, o secretário já sinaliza como o facciosismo permitirá Cosimo escapar da morte e, seguidamente, do exílio:

“Mas suponhamos que conseguísseis expulsá-lo (...): como poderíeis, entre tantos amigos dele, que ficariam e arderiam de desejos pela sua volta, evitar que ele voltasse? Isso seria impossível, porque, sendo eles tantos e contando com a benquerença universal, não poderíeis garantir-vos; e quanto maior número de seus amigos declarados expulsásseis, maior seria o número de inimigos que arranjaríeis, de tal modo que depois de pouco tempo ele voltaria; e o que ganharíeis é que teríeis expulsado um homem bom, e ele voltaria mau; porque sua natureza seria corrompida por aqueles que o tivessem chamado de volta, aos quais ele não poderia opor-se, por lhes dever obrigações. E se tiverdes em mente fazê-lo condenar à morte, não o conseguireis por meio dos magistrados, porque o dinheiro dele e os vossos ânimos corruptíveis sempre o salvarão (...). Segue, portanto, meu conselho: cuida de viver modestamente; e, quanto à liberdade, deverás suspeitar tanto de nosso partido quanto do adversário”²³⁹.

Embora tal discurso desanimara “um pouco os ânimos de Barbadoro” e a guerra com Lucca desviara a atenção das inimizades internas, o óbito de Niccolò da

²³⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença, op. cit.*, IV. 26-27, pp. 262-266.

²³⁸ Segundo a autora, esse “discurso é o mais explícito no que diz respeito à intenção de Maquiavel de colocar na boca dos adversários suas críticas aos Medici, apontando os meios pelos quais eles tomaram a posse do governo da cidade”. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel, op. cit.*, p. 230.

²³⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença, op. cit.*, IV. 27, pp. 266-267.

Uzano e a paz externa reascenderam os conflitos em Florença, levando Rinaldo degli Albizzi a uma tentativa de destruir seus adversários por vias extraordinárias. Ele aconselhou Bernardo Guadagni, o gonfaloneiro, a orquestrar a morte de Cosimo, que atingira uma autoridade demasiada mediante favores e, por isso, provavelmente se transformaria num príncipe. O magistrado foi persuadido e providenciou a prisão daquele inimigo. Este, contudo, subornou-o para salvar sua vida, trocando uma sentença fatal pelo exílio. Com isso, ele, Averardo e mais membros de sua família foram expulsos de Florença²⁴⁰. Esse episódio prova algumas das advertências do último discurso direto, e o evento subsequente concretizará a previsão como um todo; no ano seguinte (1434), os novos Senhores, partidários dos Medici, mandaram um exército infiltrar-se secretamente na cidade, chamaram de volta os confinados e expulsaram Rinaldo, Niccolò Barbadoro e outros integrantes da facção dos nobres. No retorno à pátria, Cosimo “foi saudado por todos como benfeitor do povo e pai da pátria”²⁴¹. Assim Maquiavel termina o Livro IV, após narrar a ascensão dos Medici.

No começo do Livro V, o autor descreve a consolidação do poder de Cosimo num governo violento, marcado por “derramamento de sangue”, punições, mortes, prisões e “grande terror”. A realização destas medidas foi auxiliada pela república de Veneza, um amigo adquirido durante o tempo de exílio. Garantida a ruína dos adversários, os cidadãos no comando político beneficiaram “novas pessoas, para fortalecer o seu partido”, e “fortaleceram-se com leis e com novas ordenações”, determinando “que os magistrados encarregados dos novos escrutínios (...) deveriam ter autoridade para indicar a nova Senhoria”. Com isso, “em pouco tempo, expulsando e empobrecendo todo o partido inimigo, garantiram o seu estado”. Além da amizade já mencionada, eles também se aliaram ao papa e a Filippo Maria Visconti para assegurar a paz externa²⁴². Porém, quando Gênova libertou-se da submissão ao senhor milanês, surgiu nos príncipes italianos uma esperança de diminuir suas forças; então, “os florentinos e os venezianos entraram em acordo com os genoveses”. Em contrapartida, Rinaldo degli Albizzi, ainda banido de sua cidade no ano de 1436, aconselha o duque de Milão a empreender mais uma guerra contra Florença. Ele espera

²⁴⁰ *Ibidem*, IV. 28-29, pp. 268-272.

²⁴¹ *Ibidem*, IV. 33, pp. 279-280.

²⁴² *Ibidem*, V. 4, pp. 288-289.

"que ninguém condene aquele que move armas contra sua pátria, porque nas cidades (...) muitas vezes surgem enfermidades que não podem ser curadas sem fogo ou ferro, também nelas muitas vezes surgem inconvenientes tais que um cidadão piedoso e bom pecaria muito se deixasse intocados, ainda que para tratá-los fosse necessário recorrer ao ferro. Que doença pode ser pior ao corpo de uma república do que a servidão? Que remédio pode ser mais necessário do que aquele que a livre dessa enfermidade? (...) E da tua parte tampouco faltará justiça, porque os florentinos (...) não se envergonharam de aliar-se aos genoveses que se haviam rebelado contra ti: de modo que, se a nossa causa não te comove, que te comova a indignação. E, com muito mais razão, porque a empresa é fácil, pois não te devem impressionar os exemplos passados, de poderio e obstinação na defesa demonstrados por aquele povo; tais coisas deveriam com razão causar temor (...), mas agora verás o contrário, pois (...) que obstinação queres que haja num povo desunido por tantas e novas inimizades? (...) Nas guerras passadas lutavas contra toda uma cidade, agora lutarás contra uma mínima parte dela; vinhas então para tirar o estado de muitos cidadãos e bons, agora vens para tirá-lo de poucos e maus; vinhas para tirar a liberdade de uma cidade, agora vens para devolvê-la (...). E, como poderás facilmente imaginar, ela em muito fortalecerá o teu estado, pois a Toscana estará toda a teu lado e te deverás tantas obrigações que te será de muito mais valia do que Milão, e, ainda que no passado tal conquista fosse julgada ambiciosa e violenta, no presente será considerada justa e piedosa"²⁴³.

Através deste discurso, Maquiavel simultaneamente reafirma a transformação de Florença num principado de fachada republicana e mostra que Rinaldo, embora apresente-se como um cidadão ideal, é tão aderente ao facciosismo e perigoso para a república quanto Cosimo, como alertara Niccolò da Uzano. O orador não hesita em atingir seus interesses por modos extraordinários, que ele legitima pelos *topoi* da necessidade, da justiça e da facilidade²⁴⁴. Além do *éthos* e do *logos*, sua persuasão igualmente firma-se no *páthos*, pois tenta afastar seu ouvinte do medo, estimulando-o “indignação” e esperança da vitória. Na elocução também identificamos perguntas retóricas, menção à exemplos históricos e a aplicação da paradiástole – o personagem renomeia os vícios ambição e violência por justiça e piedade.

No capítulo inicial do Livro VII, o secretário distingue duas maneiras de obter reputação: as vias públicas – triunfos militares e conselhos úteis – e as vias privadas – beneficiar alguém “ajudando-o com dinheiro, alcançando-o a cargos não merecidos”. A origem das facções encontra-se nessa segunda categoria. Enquanto Neri di Gino Capponi tornara-se bem reputado diante do povo mediante caminhos

²⁴³ *Ibidem*, V. 7-9, pp. 293-297.

²⁴⁴ Na leitura de Richardson, esse discurso segue a tradição ciceroniana de juntar utilidade e honestidade, equilibrando motivações práticas e ideais. RICHARDSON, Brian. “Notes on Machiavelli’s sources and his treatment of the rhetorical tradicional, *op. cit.*, p. 40.

públicos, e por isso detinha “muitos amigos e poucos partidários”, o filho de Giovanni misturou ambos os métodos, logrando “amigos e muitos partidários”²⁴⁵. Este, inclusive, receava o crédito do outro, adquirido “graças (...) a seus méritos nas muitas vezes em que fora comandante dos exércitos florentinos”. Somado a isso, “a memória das suas vitórias (...) tornava-o amado por muitos e *temido por aqueles que não desejavam ter companhia no governo*”²⁴⁶. Esse trecho provavelmente é uma referência implícita a Cosimo

O contraste entre tais personagens é evidente em duas passagens da *Istorie*. Em um episódio do Livro V, Cosimo falha em persuadir o Senado veneziano apesar da confiança na própria reputação²⁴⁷; mas Capponi, logo depois (1439), é efetivo na persuasão, sendo recebido em Veneza “com tanta honra” e conseguindo fazer os senadores venezianos chorarem²⁴⁸. Em uma segunda situação, de guerra externa, os florentinos debatem se responderão às súplicas do conde Francesco Sforza. Aquele Medici era favorável por causa da amizade entre eles, entretanto, seu adversário discordava pois não via nenhuma utilidade nessa decisão²⁴⁹. Na leitura de Aranovich, tais contrastes revelam uma alusão de Maquiavel à própria falta de liberdade sob seu patrocinador. A solução maquiaveliana foi glorificar Neri para dissimular sua reprovação do filho de Giovanni, conforme pode sugerir a seguinte técnica, mencionada nos *Discursos*²⁵⁰: quando não se pode censurar diretamente um tirano, elogia-se seu inimigo²⁵¹. Aliás, uma ferramenta próxima à dissimulação é mencionada na *Retórica a Herênio*: o “*ocultamento (...) é útil se algo, que não é pertinente expor aos outros, puder trazer vantagem quando referido dissimuladamente*”²⁵².

Como busquei destacar até aqui, o autor se preocupa em expor suas críticas aos Medici de modo indireto através de seus adversários, ou usando-os como porta-

²⁴⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, op. cit., VII. 1-2, pp. 422-424.

²⁴⁶ *Ibidem*, VI. 6, pp. 360-261, grifos meus.

²⁴⁷ *Ibidem*, V. 13-14, pp. 303-309.

²⁴⁸ *Ibidem*, V. 21, pp. 319-321.

²⁴⁹ *Ibidem*, VI. 23, pp. 389-390.

²⁵⁰ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, op. cit., p. 241.

²⁵¹ Segundo Maquiavel: “Que ninguém se deixe maravilhar pela glória de César, e sobretudo pelos elogios que os escritores o cumularam. Os que celebraram César haviam sido corrompidos, ou se assustavam com a duração de um período que, governado sempre sob a sua influência, não permitia aos escritores escreverem livremente. Os que quiserem saber o que pensavam os escritores terão apenas que ler o que disseram de Catalina. (...) na impossibilidade de atingir o tirano, por causa do seu poder, exaltou-se a glória do seu inimigo”. MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, op. cit., I. 10, p. 54.

²⁵² Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*, op. cit., IV. 37, pp. 253-255.

vozes ou glorificando-os. Porém, não podemos esquecer dos elogios dirigidos a essa família, cujas qualidades mesclam com seus vícios. Já aponte em vários trechos que demonstram a forte ligação entre a liberalidade e o facciosismo, como a advertência de Niccolò da Uzano relativa à causalidade entre atitudes liberais e a formação de principados. Outro exemplo que demonstra tal conexão é o relato da morte de Cosimo (1464): Maquiavel sublinha sua inteligência, eloquência, misericórdia, cautela, autoridade, riqueza, liberalidade, prudência e magnificência, virtudes que “fizeram-no amado e temido e Florença” e “que o tornaram príncipe” – ou “PAI DA PÁTRIA”, segundo consta em sua sepultura. Apesar do secretário, em suas palavras, “louvá-lo de modo extraordinário”, imitando “aqueles que escrevem sobre a via de príncipes”²⁵³, informa a morte de Neri (1455) muito brevemente²⁵⁴. Na interpretação de Aranovich, esse contraste é mais um produto da condição maquiaveliana²⁵⁵.

Devido à morte de Neri, sua facção extinguiu-se e, conseqüentemente, surgiu uma divisão interna ao partido dos Medici²⁵⁶ particularmente danosa a Piero, filho de Cosimo. Dietsalvi Naroni, um partidário deles ambicioso o suficiente para esquecer-se dos antigos benefícios recebidos, decidiu retirar-lhe a reputação e o estado, juntando-se a Niccolò Soderini²⁵⁷. De modo similar a Rinaldo, ambos foram banidos de Florença e buscaram convencer o Senado veneziano a entrar em guerra contra a própria cidade. Segundo eles, foram exilados simplesmente por almejam

que sua pátria fosse governada por leis, e que as honras coubessem aos magistrados, e não a uns poucos cidadãos: porque Piero de' Medici e seus seguidores, acostumados que estavam a viver tiranicamente, haviam usado de fraude para empunhar armas, fazendo-os com fraude depor as suas, para com fraude expulsá-los da pátria (...). E, para vingar tais coisas, não sabiam a quem recorrer com mais esperanças do que àquele senado, pois ele, que sempre fora livre, deveria ter compaixão de todos os que tivessem perdido a liberdade. Concitavam, portanto, os homens livres contra os tiranos, os piedosos contra os ímpios; e que eles se lembrassem de que a família Medici lhes tirara o domínio da Lombardia (...); portanto, se a justa causa deles não os comovia, que os comovessem o justo ódio e o justo desejo de vingar-se²⁵⁸.

²⁵³ *Idem. História de Florença, op. cit.*, VII. 5-6, pp. 428-435.

²⁵⁴ *Ibidem*, VII. 2, p. 424.

²⁵⁵ Para a autora, os “Medici recebem um tratamento diferenciado” pelo “fato evidente de terem sido os próprios Medici que encomendaram a obra”. Ela também apresenta uma análise interessante do gênero literário “vida de príncipe”. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel, op. cit.*, pp. 160-162.

²⁵⁶ MAQUIAVEL, Niccolau. *História de Florença, op. cit.*, VII. 2, p. 424.

²⁵⁷ *Ibidem*, VII. 10-11, pp. 440-442.

²⁵⁸ *Ibidem*, VII. 19, pp. 456-457.

No trecho acima Maquiavel novamente põe críticas aos Medici na boca de seus adversários. Os oradores tentam levar seus ouvintes a combaterem a tirania em Florença, principalmente, por meio do *páthos*, atraindo compaixão e piedade e usando um exemplo histórico para incuti-los ódio e sede de vingança em relação aos inimigos. Em um breve discurso, mais próximo do gênero epidíctico do que da retórica deliberativa, Piero censura o comportamento violento de seus partidários²⁵⁹.

No Livro VIII encontramos outro episódio que ilustra um conflito entre os Medici e antigos amigos: a Conjuração dos Pazzi (1478). Em 1466, aquela família concentrou sozinha o poder de Florença. Antes disso, ainda era possível opor-se a ela abertamente sem levar punição, pois havia liberdade entre os magistrados. Porém, a partir daquela data, o único meio de eliminá-la tornou-se recorrer a conspirações secretas, que geralmente arruinam seus atores e engrandecem as vítimas²⁶⁰, como acontecerá. Em sua época, Cosimo achou que arranjar o casamento de Bianca, sua neta, com um dos sobrinhos de Iacopo de Pazzi terminaria com as inimizades entre as duas casas. Porém, Lorenzo e Giuliano, filhos de Piero, foram aconselhados a não cumprirem todas as honras prometidas pelo avô, e assim fizeram, gerando o crescimento das animosidades até desembocar na conjuração²⁶¹.

Apesar dos conjurados conseguirem matar Giuliano, seu irmão sobreviveu. Iacopo, numa última tentativa de deixar a chama da conjuração acesa, convocou o povo nas ruas em defesa da liberdade. No entanto, “como um fora ensurdecido pela fortuna e pela liberalidade dos Medici, e a outra não era conhecida em Florença, ninguém lhe respondeu”. Os resultados do evento foram o assassinato de vários Pazzi e o aumento da popularidade de seus adversários. O papa e o rei de Nápoles desejavam mudanças no estado florentino, mas, devido ao insucesso daquele empreendimento, seus interesses não se concretizaram. Portanto, declararam guerra

²⁵⁹ *Ibidem*, VII. 23, pp. 462-463.

²⁶⁰ *Ibidem*, VIII. 1, pp. 487-488. Na interpretação de Aranovich, este momento é a marca final da “passagem do governo oligárquico para o principesco, ainda que sempre recoberto pela forma republicana”. ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, *op. cit.*, 208.

²⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, *op. cit.*, VIII. 2, pp. 488-490. Para Namejy, a Conjuração dos Pazzi não consiste numa defesa da liberdade contra a tirania, mas sim num produto de brigas, rivalidades e invejas dentro do partido dos Medici, como uma consequência lógica, portanto, dos mesmos modos privados que inicialmente levaram à ascensão dessa família. NAMEJY, John M. “Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History”, *op. cit.*, p. 568-569.

contra Florença e, mais especificamente, contra Lorenzo, seu único inimigo na cidade. Tal personagem, frente à situação, pronunciou um discurso direito aos Senhores de sua pátria:

"quando penso com quanta fraude e com quanto ódio fui atacado e com que meu irmão foi morto, não posso deixar de me entristecer de todo o coração e de lamentar com toda a minha alma. (...) nem entre amigos, nem entre parentes, nem na igreja, estávamos seguros (...). Se eles fizeram isso pelo desejo de dominar, como demonstra o fato de (...) vierem com homens armados à Praça, suas ações, por si mesmas, se mostram vis, ambiciosas e condenáveis; se o fizerem por ódio e inveja que tivessem de nossa autoridade, a ofensa recaiu sobre vós, e não sobre nós, uma vez que fostes vós que nos destes tal autoridade. Na verdade, merece ódio a autoridade usurpada, e não aquela que se adquire graças à liberalidade, à humanidade e à generosidade. E vós sabeis que nossa casa nunca atingiu altura alguma à qual não tivesse sido alçada por este Palácio e pelo vosso unido consenso: meu avô Cosimo não voltou do exílio por meio das armas e da violência, mas por vosso consenso e vossa união; (...) minha casa não poderia ter governado esta república, se vós, com ela, não a tivésseis governado e ainda não a governásseis (...). Mas suponhamos que as injúrias cometidas por nós contra eles tenham sido grandes e que tivesse razões para desejar nossa ruína: por que que teriam atacado este Palácio? Por que aliar-se ao papa e ao rei [de Nápoles] contra a liberdade desta república? (...) o papa e o rei, abraçando a sua causa, vêm armados ao nosso encontro: afirmam que travam essa guerra contra mim e a minha casa. Prouvera a Deus que fosse verdade, porque os remédios seriam prontos e certos, pois eu não seria tão mau cidadão a ponto de dar mais apreço à minha salvação do que aos vossos perigos (...). Mas, como os poderosos sempre tingem de cores mais honestas as injúrias que cometem, eles encobrem desse modo essa desonestidade"²⁶².

Para atrair a si compaixão, Lorenzo manifesta igualmente possuí-la em relação aos ouvintes e ressalta que o irmão fora assassinado por amigos. Os Senhores são as verdadeiras vítimas do ataque dos Pazzi, pois ainda detêm a autoridade republicana, compartilhada com os Medici de modo legítimo, consensual e voluntário. Conforme demonstram os exemplos históricos, tal família ascendeu por agir liberal, humana e generosamente; por isso, o orador se dispõe a arriscar-se pela liberdade da pátria, enquanto seus adversários objetivam (no passado e no presente) tomá-la por inveja, ódio e ambição²⁶³. Além de perguntas retóricas, o discurso é composto por uma crítica ao uso indevido da *paradiástole*: a atenuação da desonestidade.

²⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, *op. cit.*, VIII. 6-10, pp. 486-507.

²⁶³ "Ao afirmar que o poder lhe havia sido concedido pela cidade, Lorenzo se retira da posição do tirano, do usurpador do poder da república. O consenso e a unanimidade, que seriam as bases do poder dos Medici, parecem encerrar a questão do direito que eles teriam ao governo em Florença. (...) O direito é consensual e compartilhado, e se contrapõe à ação dos seus inimigos que, movidos pelo ódio e a inveja, haviam tentado obter pelas armas o que não lhes tinha sido concedido voluntariamente". ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*, *op. cit.*, p. 248.

Somada à conjuração dos Pazzi e às ações de Dietsalvi contra Piero, a oração principesca²⁶⁴ de Lorenzo mostra que o facciosismo é prejudicial inclusive aos seus promotores, pois os partidários se voltam contra eles. Como aponta Namejy, desde a morte de Cosimo, os conflitos são produto de rivalidades internas à facção dos Medici, uma consequência dos modos privados que levaram à ascensão dessa família²⁶⁵.

Deste modo, similarmente à historiografia antiga, as falas da *História de Florença* são construídas por meio preceitos retóricos, como *decorum*, *paradiástole*, *páthos*, *logos*, *éthos*, *topoi*, e a menção a exemplos históricos. Somado a isso, cumprem diversas funções, principalmente exibir as diferenças de motivação e de caráter entre os oradores, fazer uma reflexão abstrata sobre um cenário político específico e relevar preocupações do autor com o seu tempo. No caso maquiaveliano, a situação é de liberdade reduzida sob o governo e o patronato dos Medici. O secretário recorre a vários instrumentos para dissimular referências à sua condição do presente, como glorificar os adversários dos Medici quatrocentistas ou atribuir a eles palavras aplicáveis ao próprio contexto. Alguns personagens também servem de porta-voz para ilustrar a ambição dessa família no século XV; destaco Niccolò da Uzano, Neri de Gino Capponi e Rinaldo degli Albizzi, embora este último não seja tão louvável quanto os outros. Portanto, as elocuições provam que Maquiavel não adula, pois os elogios à Giovanni e a seu filho são acompanhados de críticas ao envolvimento deles com as facções. Suas virtudes – liberalidade, prudência, humanidade etc. –, inclusive, foram centrais para a ruína da república, transformada em principado. Cosimo foi ainda mais prejudicial à liberdade florentina que seu pai, por ser mais aberto às vias privadas e extraordinárias e a conquistar amigos mediante favores. Essa política de alimentar os partidos se voltou contra seu estimulador, afetando Piero e Lorenzo; mesmo assim, estes se tornaram príncipes de Florença. Logo, somada à retórica epidíctica, o gênero deliberativo

²⁶⁴ Conforme interpretou Aranovich, ao longo do livro, "a palavra é possível até o momento em que o poder dos Medici se consolida. Depois do discurso de Rinaldo degli Albizzi, em 1436, as vozes se calam em Florença; apenas são ouvidos discursos diplomáticos, relativos às guerras e, ao final, o discurso de Lorenzo. Não falam mais cidadãos, os senhores, os gonfaloneiros, os *Ciampi* ou mesmo os chefes dos partidos, mas apenas o príncipe. Os (...) primeiros discursos são coletivos, enquanto os que se seguem são partidários, e o último é individual e principesco; todos aqueles falavam em termos coletivos, empregando o 'nós', enquanto Lorenzo fala em seu próprio nome ou de sua família (...) A liberalidade (...) cumpriu a função de apagar qualquer traço da antiga liberdade que havia em Florença". *Ibidem*, p. 251.

²⁶⁵ NAMEJY, John M. "Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History", *op. cit.*, p. 572.

também se faz presente nas orações, que oferecem ensinamentos relativos às causas das divisões geradas pelo facciosismo e a como evitá-las.

Conclusão

A crítica de Maquiavel a seus antecessores no Proêmio da *História de Florença* não representa uma rejeição da historiografia humanista, mas sim duas outras atitudes. Em primeiro lugar, trata-se de uma desaprovação da abordagem que Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini empreenderam a respeito da discórdia civil. Para amparar seu foco mais aprofundado nas inimizades internas, o autor mobiliza os mesmos preceitos (da retórica) operados pelos historiadores antigos e recuperados no Renascimento. As divisões florentinas são episódios dignos de narração detalhada por serem verdadeiras, grandiosas, memoráveis, prazerosas e úteis. A explicação de suas causas nos instrui e nos move a evitar os conflitos facciosos. Além desse aspecto deliberativo, a obra emprega elementos do gênero epidíctico, como a censura ao facciosismo e a elogio aos Medici, embora nela não encontramos louvores à liberdade republicana de Florença.

Em segundo lugar, a crítica aos antecessores faz parte de uma preocupação em levar os leitores a reconhecerem a autoridade da narrativa, mas sem negar a credibilidade de Bruni e Poggio. Assim como os retores teorizaram e os historiadores antigos praticaram, Maquiavel mobiliza a técnica retórica do *éthos* nas passagens introdutórias da *Istorie Fiorentine*. Ele alega ser um autor talentoso e verdadeiro, que não teme censurar, porém, tece elogios adequados, não limitados por inveja ou exagerados por adulação. Esta e outras características da *persona* apresentada no Proêmio e na Dedicatória são perceptíveis nos discursos dos personagens históricos. Tais reivindicações provavelmente foram selecionadas com base na condição maquiaveliana sob o principado e o patronato dos Medici.

Seguindo os historiadores antigos e humanistas, Maquiavel inclui em seu livro orações, compostas mediante diversos preceitos retóricos – como os exemplos, a *amplificatio*, o *decorum*, o *éthos*, o *páthos* e o *logos* – e inseridas na narrativa para cumprir papéis específicos. Na *História de Florença*, os discursos dos Livros IV-VIII exercem duas funções particularmente importantes: 1) dissimular referências às preocupações do autor com sua condição sob os Medici do presente e 2) condenar a ambição dos Medici quatrocentistas, ensinando como eles alimentaram o facciosismo e transformaram a pátria num principado. O caminho pelo qual essa família ascendeu ao poder florentino e fomentou os

conflitos internos une-se às virtudes individuais. Portanto, o secretário entrelaça elogio e censura, e vincula tais elementos epidícticos aos gênero deliberativo.

Muitos temas abordados rapidamente nos três capítulos não puderam ser aprofundados devido ao espaço limitado da monografia; destaco as orações dos Livros II e III, a oposição entre união e divisão, as ferramentas retóricas associadas ao *páthos*, os recursos estilísticos e as obras dos humanistas. Somado a isso, investiguei pouco trechos de escritos maquiavelianos como *O príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, e nem mencionei *A mandrágora*, uma peça cômica, e a *Vida de Castruccio Castraccani*, uma biografia. A própria relação entre Maquiavel e os Medici também poderia ser analisada mais detalhadamente. A respeito dessa questão, Paul Larivaille, em *A Itália no tempo de Maquiavel*, defende que, na *Istorie*, o secretário se viu constrangido a se sujeitar aos cânones historiográficos correntes, principalmente o elogio, porque já aceitara sua condição de impotência e dependência diante daquela família, como se suas esperanças republicanas já tivessem se dissipado²⁶⁶. A minha impressão é outra, pois, se tal hipótese estivesse correta, o autor nem teria incluído críticas expostas dissimulada e indiretamente ou se esforçado a revelar seus leitores como combater fenômenos prejudiciais à liberdade republicana. No entanto, essa ainda é uma investigação em aberto.

Com o fim desta viagem imaginária às cortes antigas, podemos concluir que Maquiavel compôs a *História de Florença* mediante seus diálogos com os retores e historiadores do mundo clássico. Entretanto, esse caráter convencional, além de excluir a tese da ruptura com os modelos historiográficos greco-romano e humanista, não implica uma cópia dos princípios já estabelecidos. O secretário, conforme o conceito de *mimesis*, aplica os preceitos canônicos criativamente, deixando suas marcas pessoais dentro de uma tradição. Procurei enfatizar, ao longo da monografia, que as peculiaridades da historiografia maquiaveliana são, de certo modo, provenientes da relação entre o autor e os Medici. Essa conexão é essencial para compreendermos as maneiras específicas pelas quais ele constrói seu *éthos* e insere a *História de Florença* no ponto de contato entre a retórica deliberativa e a retórica epidíctica.

²⁶⁶ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*: Florença e Roma. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 157-163.

Referências Bibliográficas

Autor desconhecido. *Retórica a Herênio*. Tradução de Adriana Seabra e Ana Paula Celestino Faria. São Paulo, Hedra, 2005.

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALBANESE, Gabriella. “A descoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão”. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso editorial, 2007.

ARENDDT, Hannah. “O conceito de história - antigo e moderno”. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

_____. *Poética*. Tradução de Fernando Maciel Gazoni. São Paulo: USP, 2006.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRUNI, Leonardo. *History of the Florentine people*. Vol. 1: books I-IV. Traduzido e editado por James Hankins. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

CARDOSO, Sérgio. “Lições das *Histórias florentinas*”. In: *Maquiavelianas: lições de política republicana*. São Paulo: Editora 34, 2022.

CÍCERO, M. T. *Do orador*. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: USP. Tese em Letras Clássicas, 2009.

GILBERT, Allan. "Introduction". In: MACHIAVELLI, Niccoló. *The letters of Machiavelli: a selection*. Traduzido e editado por Allan Gilbert. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: politics and history in sixteenth-century Florence*. Princeton: Princeton University Press, 1965.

GRAFTON, Anthony. *What was history?: the art of history in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KAPUST, Daniel J. *Acting the princely style: ethos and pathos in Cicero's On the Ideal Orator and Machiavelli's The Prince*. *Political Studies*, v. 58, pp. 590-608, 2010.

_____. "Without 'Superfluous Ornament': Castiglione, Machiavelli and the performance of counsel". In: *Flattery and the history of political thought: that glib and oily art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LAIRD, Andrew. "The rhetoric of Roman historiography". In: FELDHERR, Andrew (ed.). *The Cambridge companion to the Roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LIDEEL, Henry George; SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LÍVIO, Tito. *História de Roma*. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989.

LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Ed. UnB, 1994.

_____. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. “Carta de Maquiavel a Francesco Vettori, em Roma”. In: *O príncipe*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

MARINCOLA, John. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. “Speeches in Classical Historiography”. In: MARINCOLA, John (ed.). *A companion to Greek and roman historiography: volume I*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

MARQUES, Juliana Bastos. *Mecanismos de legitimidade e tradição na historiografia latina*. Goiânia: História Revista, v. 13, n. 1, pp. 139-155, jan./jun. 2008.

MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Unesp, 2019.

NAMEJY, John M. "Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History". In: *Reinassance Quaterly*, vol. 35, n. 4, 1982.

PIRES, Francisco Murari. "A retórica do método (Tucídides 1.22 e II.35)". *Revista de História*, 138, p. 9-16, 1998.

_____. *Leonardo Bruni e Tucídides: história e retórica*. Vitória da Conquista: POLITEIA: Hist. e Soc., v. 6, n. 1, pp. 57-84, 2006.

_____. "Maquiavel, a Corte dos Antigos e (o diálogo com) Tucídides". In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 204-212.

PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida. "Estrutura e função do Livro I". In: TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso: livro 1*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

POLÍBIO. *História pragmática: livros I a V*. Tradução de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PONTANO, Giovanni. *Dialogues: volume 2 (Actius)*. Traduzido e editado por Julia Haig Gaiser. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*. Tradução de Bruno Fregni Basseto. Campinas: Unicamp, 2015 (Tomos I e II) e 2016 (Tomos III e IV).

RICHARDSON, Brian. "Notes on Machiavelli's sources and his treatment of the rhetorical tradition", *Italian Studies*, v. XXVI, pp. 24-48, 1971.

SALÚSTIO. *A conjuração de Catalina*. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: Hedra, 2018.

SEBASTIANI, Breno Battistin. “A política como objeto de estudo: Tito Lívio e a reflexão historiográfica romana do século I a.C.. *Revista de História (USP)*, v. 1, pp. 297-315, 2006.

SKINNER, Quentin. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. New York: Cambridge University Press, 2009.

_____. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

TACITUS. *The Annals*. Tradução de A.J Woodman. Indianápolis/Cambridge: Hackett, 2004.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VIROLI, Maurizio. “The power of words”. In: *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WOODMAN, A.J. *Rhetoric in classical historiography*. London: Routledge, 2004.